

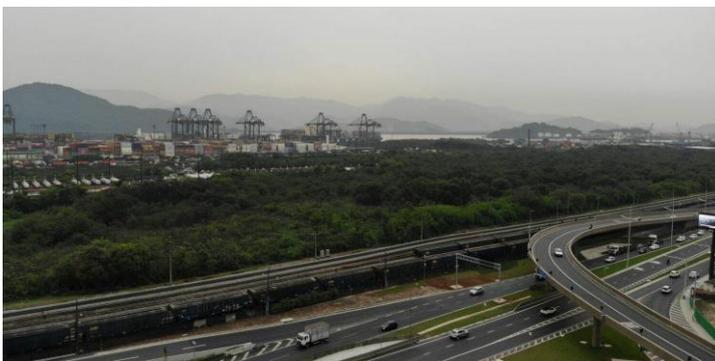


**A TRIBUNA DIGITAL (SP)**

## **PORTO DE SANTOS CONTRATA PROJETO DE NOVO ACESSO**

Obras farão parte da nova Entrada de Santos e vão viabilizar uma segunda ligação entre a Via Anchieta e a região da Alemoa

*Da Redação*



[https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.119598:1600794421/NOVO-VIADUTO-NO-PORTO-DE-SANTOS.JPG?f=2x1&\\$p\\$f=5fb4359&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.119598:1600794421/NOVO-VIADUTO-NO-PORTO-DE-SANTOS.JPG?f=2x1&$p$f=5fb4359&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

*Novo acesso ligará a Via Anchieta e a Margem Direita do Porto (Foto: Carlos Nogueira)*

A Autoridade Portuária de Santos (APS) contratou uma empresa para a elaboração do projeto básico das obras

federais da Entrada de Santos – especificamente, o novo acesso rodoviário à Margem Direita do Porto de Santos, que ligará a Via Anchieta à Avenida Perimetral na região da Alemoa. O contrato foi firmado com a Empresa Brasileira de Engenharia de Infraestrutura (Ebei) e publicado na edição de ontem do Diário Oficial da União (DOU).

A contratação do projeto básico pela APS havia sido anunciada pelo ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, em uma das edições do webinar Porto & Mar 2020, promovido pelo Grupo Tribuna, no mês passado. Segundo o executivo, serão investidos cerca de R\$ 600 milhões nas obras, que deverão complementar o conjunto de intervenções na Entrada de Santos já realizadas pela Prefeitura e pelo Estado.

O empreendimento tem como objetivo eliminar o conflito rodoferroviário existente na região do Valongo (ao lado da Alemoa), viabilizar o incremento dos pátios ferroviários na entrada do Porto e prover um segundo acesso rodoviário ao cais santista, em localização resguardada das áreas dos terminais de produtos químicos da região da Alemoa.

Além disso, visa ordenar e distribuir os fluxos rodoviários conjugando o acesso existente pela Alemoa com o novo acesso, possibilitando o tráfego integral por apenas um deles em caso de interdição do outro, bem como prover um equilíbrio de tráfego entre ambos, evitando sobrecargas no sistema viário.

As obras federais na Entrada de Santos envolvem a construção de um conjunto de viadutos, que fará a conexão com o projeto já realizado pelo Governo do Estado, no acesso à Rodovia Anchieta. Esses viadutos serão utilizados para a transposição de linhas férreas e de terrenos da União.

“A licitação foi aberta há aproximadamente dois anos, mas a assinatura do contrato só foi possível com a inclusão na área do Porto Organizado do terreno por onde passará o novo viaduto”, afirmou Bruno Stupello, diretor de Desenvolvimento de Negócios e Regulação e que acumula, interinamente, a diretoria de Infraestrutura da SPA.

Com valor de R\$ 3,5 milhões, o serviço tem prazo contratual de 18 meses para sua finalização.

*Fonte : A Tribuna Digital - SP*

*Data : 23/09/2020*

## VLI VAI AVALIAR HISTÓRIAS PESSOAIS NA SELEÇÃO DE TRAINEES PARA O PORTO DE SANTOS; INSCREVA-SE

Empresa pretende garantir inclusão e diversidade, selecionando profissionais com base em características pessoais até o próximo dia 19

*Da Redação*



[https://www.tribuna.com.br/image/contentid/polic\\_y:1.78358:1575490692/Estagio-VLI.jpg?f=2x1&\\$p\\$f=8fd6b57&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.tribuna.com.br/image/contentid/polic_y:1.78358:1575490692/Estagio-VLI.jpg?f=2x1&$p$f=8fd6b57&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

*VLI vai avaliar histórias pessoais na seleção de trainees (VLI/Divulgação)*

Com o objetivo de garantir inclusão e diversidade, a VLI, empresa que opera o Terminal Integrador Portuário Luiz Antonio Mesquita (Tiplam), no

Porto de Santos, decidiu inovar em sua seleção de trainees para o próximo ano. A ideia é valorizar atributos como empatia, resiliência e colaboração, e as histórias pessoais dos novos talentos. Todo o processo será online.

Estudantes de qualquer graduação podem participar da seleção. As únicas exigências do processo são mobilidade, inglês intermediário e o período de conclusão do curso entre dezembro de 2018 e dezembro de 2020.

O plano da empresa é promover equidade de gênero e outros públicos como pessoas com deficiência, de diferentes raças e etnias, LGBTI+ e gerações. Durante a seleção, haverá um webinar apresentando aos participantes como o tema é abordado na VLI.

“Ano a ano vamos reforçando essa demanda. Agora, valorizamos ainda mais as experiências de vida de candidatas (os). O foco do programa é conhecer pessoas que acrescentem novos olhares, que estejam interessadas em inovar e transformar a logística do Brasil conosco”, explica a gerente de Desenvolvimento Organizacional, Francielle Pedrosa.

Além das atividades 100% online, com dinâmicas de grupo, painel com gestores, os participantes receberão “pílulas de conhecimento”, conteúdos sobre o negócio e o jeito de trabalhar da empresa.

Esses dados serão utilizados ao longo dos desafios em uma jornada interativa. A última etapa reunirá, candidatos e a direção da empresa.

Os participantes que não avançarem no processo seletivo poderão ver seu desempenho durante as fases, identificar pontos de melhoria e receber orientações. “É um recurso que reflete nosso posicionamento. Queremos interagir com pessoas e proporcionar uma experiência, um aprendizado para os dois lados. Não apenas dizer ‘você foi reprovado’”, explica a gerente.

### Inscrições

As inscrições para o processo seletivo da VLI podem ser feitas até o próximo dia 19.

Basta acessar o [jobs.kenoby.com/programatraineevli](https://jobs.kenoby.com/programatraineevli).

*Fonte : A Tribuna Digital - SP*

*Data : 23/09/2020*



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

## **ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS**

### **ANTAQ REALIZARÁ TOMADA DE SUBSÍDIOS PÚBLICA SOBRE VALORES EXTRAFRETE E SOBRETAXAS DO TRANSPORTE MARÍTIMO**

#### ***Contribuições poderão ser enviadas a partir de 1º de outubro***

A ANTAQ realizará Tomada de Subsídios Pública, no período de 1º de outubro a 29 de outubro, visando o recebimento de contribuições para a concretização do tema 2.3 da Agenda Regulatória Biênio 2020/2021, que busca aprimorar a transparência na cobrança dos valores extrafrete e sobretaxas do transporte marítimo.

O questionário estará disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://bit.ly/SubsidioTaxas>. As contribuições poderão ser dirigidas à ANTAQ até às 23h59 do dia 29 de outubro, exclusivamente por meio e na forma do questionário eletrônico disponível no endereço eletrônico: <http://bit.ly/SubsidioTaxas>, não sendo aceitas contribuições enviadas por meio diverso.

Será permitido, exclusivamente através do e-mail: [anexo\\_tomada042020@antag.gov.br](mailto:anexo_tomada042020@antag.gov.br), mediante identificação do contribuinte e no prazo estipulado no aviso, anexar imagens digitais, tais como mapas, plantas, fotos, sendo que as contribuições em texto deverão ser preenchidas nos campos apropriados do questionário eletrônico.

Caso o interessado não disponha dos recursos necessários para o envio da contribuição por meio do questionário eletrônico, poderá fazê-lo utilizando o computador da Secretaria-Geral – SGE, da Agência, no caso de Brasília, ou nas suas unidades regionais, cujos endereços se encontram disponíveis no site da ANTAQ.

As contribuições recebidas serão disponibilizadas aos interessados no site da Agência: <http://portal.antag.gov.br/>.

**Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários**  
**Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ**  
**Fone: (61) 2029-6520**  
**FAX: (61) 2029-6517**  
**E-mail: [asc@antag.gov.br](mailto:asc@antag.gov.br)**  
**Data : 23/09/2020**



Fazendo o mundo mais ágil.

## **PORTAL PORTO GENTE**

### **EVENTO DEBATE OS SETORES DE AVIAÇÃO CIVIL E AEROPORTUÁRIOS PÓS-COVID**

**Assessoria de Comunicação**

*Em parceria com o Consulado Americano e a Amcham Brasil e com apoio institucional da Abdib, o objetivo é discutir os desafios e oportunidades para a área de infraestrutura no Brasil*

O FGV Transportes e o FGV In Company promovem nesta quarta-feira, 23 de setembro, um webinar com o objetivo de discutir os desafios e oportunidades para a área de infraestrutura no Brasil, sob um olhar bilateral e com foco no crescimento econômico em um cenário de retomada do desenvolvimento pós-Covid-19.

O encontro será dedicado à indústria da aviação civil e ao setor aeroportuário, que representam alguns dos maiores segmentos de intercâmbio comercial mundial e que, simultaneamente, exigem a adoção de padrões internacionais de operação e segurança, porque estão em posição exclusiva e complexa diante dos impactos e das respostas à pandemia da Covid-19.

Nesse cenário complexo, que envolve governos, bancos, fabricantes, companhias aéreas e operadores aeroportuários, a discussão abrange possíveis soluções e adoção de medidas mitigadoras para atenuar e ampliar a curva do trânsito aéreo.

Os palestrantes convidados são Richard Aboulafia, Vice President of Analysis at Teal Group, Khalid Usman, Senior Vice President in Oliver Wyman's Washington DC office, e Respício Espírito Santo, Professor de Transporte Aéreo da UFRJ. Os debatedores são Ruy Amparo, Consultor Sênior da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (ABEAR) e ex-Vice-Presidente da TAM Airlines; e Alexandre Monteiro, Chief Executive Officer at RIOgaleão. O moderador do encontro é o Diretor do Centro de Estudos FGV Transportes, Marcus Quintella.

Webinar: Diálogo para Desenvolvimento: Os setores de aviação e Aeroportos - impactos e transformações no pós-Covid

Data: 23/9 (quarta-feira)

Horário: 16h às 17h15

Inscrição: <http://portal.fgv.br/eventos/webinar-dialogo-desenvolvimento-setores-aviacao-e-aeroportos-impactos-e-transformacoes-pos>

Fonte : *Portal Porto Gente*

Data : 23/09/2020

## BRASIL GASTA 132 BILHÕES POR ANO COM ACIDENTES DE TRANSPORTE

*Assessoria de Comunicação*

*Relatório apresenta uma radiografia do problema no Brasil e traz propostas de soluções em nível nacional, estadual e municipal*

O país perdeu 479.857 vidas no trânsito entre 2007 e 2018. O custo desses acidentes chegou a R\$ 1,584 trilhão, segundo o estudo Impactos Socioeconômicos dos acidentes de transporte no Brasil, divulgado nesta terça-feira (22/9) pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).



[https://portogente.com.br/images/transport\\_e\\_rodovi%C3%A1rio.jpg](https://portogente.com.br/images/transport_e_rodovi%C3%A1rio.jpg)

A análise, feita em parceria com a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), utiliza dados de mortalidade do Datasus, do Ministério da Saúde - que inclui internações e reembolso de gastos - e aplica o Valor Estatístico da Vida (VEV), estimado em R\$ 2,26 milhões a valores de dezembro de 2018.

A pesquisa contabiliza pedestres, motociclistas, acidentados em automóveis, ciclistas, e ainda meios de transporte aquaviários, ferroviários e aéreos. A avaliação considera uma série de fatores, como quantidade de indenizações pagas por morte e por categoria de veículos. A maior parte das vítimas são jovens de 18 a 34 anos, mas também foram constatados dados bastante elevados de acidentes com idosos, principalmente devido à reduzida capacidade em atravessar a rua com segurança, por exemplo.

O número de mortes de crianças caiu com a obrigatoriedade do uso de cadeirinhas infantis, a partir de 2008. Por outro lado, os acidentes fatais associados às motocicletas ultrapassaram os

óbitos dos automóveis a partir de 2009, quando as vendas de motos subiram consideravelmente - menores preços, isenções tributárias, gastos em combustíveis e manutenção fizeram da motocicleta uma opção de transporte de baixo custo para famílias de baixa renda.

O estudo analisa custos sociais e financeiros dos acidentes e apresenta propostas de políticas de transporte em nível federal, estadual e municipal. Os pesquisadores sugerem, por exemplo, privilegiar os vulneráveis (pedestres, ciclistas e motociclistas) no traçado de vias, em vez de veículos. Outra proposição é rever a regulamentação de equipamentos de segurança individual dos diversos meios de transporte.

Entre os problemas identificados está também a profusão de regras federais, estaduais e municipais - a exceção são os setores aéreo e aquaviário, que seguem regulamentações internacionais. Os pesquisadores recomendam a adoção de um modelo único de registro das ocorrências e posterior investigação dos peritos, para evitar novos acidentes. De acordo com o estudo, novas diretrizes para as políticas de transporte também impactariam os sistemas de saúde e previdenciário brasileiros.

**Fonte : Portal Porto Gente**

**Data : 23/09/2020**

## CADÊ O BRASIL?

*Redação Portogente*

*A pergunta é geral, dentro e fora do País. Vivemos uma matrix sem igual. Não sabemos como entramos (?), muito menos como sair dela.*

A verdade é que para um Brasil de mentirinha, que existe apenas no discurso ou nas fake news, existe um país verdadeiro abraçado e amado por milhões de brasileiras e brasileiros e que não para de ser pensado e planejado pela parte grandiosa do setor produtivo e toda uma cadeia da economia.

Para um Brasil que arde em chamas, temos gente que pensa como continuar o desenvolvimento sem que, para isso, precisemos de destruições, mortes e discurso fake.

Para um país inventado para redes sociais, como a dos aplicativos de mensagem (WhatsApp, por exemplo), existe um Brasil "chão de terra", onde pisamos, onde andamos com as nossas angústias e alegrias, onde levamos os nossos mortos e os nossos vivos, onde caminhamos esperanças, principalmente.

O Brasil não muda por discurso medianamente escrito e para "inglês ver". Desde que aqui chegaram os portugueses, e mesmo antes, quando este território era de diversas tribos indígenas, vivemos a sucessão de pilhagens materiais, políticas e ideológicas.

Por isso, nos enche de orgulho contribuir para a boa parte deste país, realizando bons debates com os nossos webinars semanais e criando um espaço onde gente séria discute um futuro brasileiro com vigor, justiça, sustentabilidade.

É dessa energia que o Brasil precisa para encarar um futuro melhor.

**Fonte : Portal Porto Gente**

**Data : 23/09/2020**

## **ISTOÉ - DINHEIRO**

### **ATIVIDADE NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO VOLTA A CRESCER EM AGOSTO, DIZ CNI**

Após deixar para trás o pior momento da crise decorrente da pandemia de covid-19, a atividade na indústria da construção civil voltou a crescer em agosto, de acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Em uma escala na qual valores acima de 50 pontos significam crescimento em relação ao mês anterior, o indicador de evolução da atividade no setor registrou 51,4 pontos em agosto.

O resultado representa um aumento de 3,3 pontos em relação à posição do indicador em julho deste ano. Além disso, o índice de atividade chegou ao maior patamar desde junho de 2011. Já a componente que mede a evolução do emprego na construção civil melhorou 2,7 pontos e chegou aos 49,5 pontos no mês passado, bem próximo da linha divisória dos 50 pontos.

A indústria da construção segue registrando desempenho cada vez mais favorável após a forte redução da atividade em abril. “Os índices de evolução do nível de atividade e do número de empregados continuaram em trajetória de recuperação”, avaliou a CNI, no documento Sondagem Indústria da Construção.

A entidade destaca ainda que a Utilização da Capacidade Operacional (UCO) na construção civil retornou em agosto ao nível pré-crise. Com um aumento de 2 pontos percentuais no mês passado, a UCO alcançou 60%. O desempenho é igual ao de agosto de 2018, e superior ao do mesmo mês do ano passado.

Já o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI-Construção) apresentou melhora pelo quinto mês consecutivo, com alta de 2,7 pontos em agosto, chegando a 56,7 pontos numa escala na qual valores acima de 50 pontos indicando otimismo por parte dos executivos. Desde abril, apesar da pandemia, o indicador acumula uma elevação de 21,9 pontos.

Entre os componentes do ICEI – Construção, o índice de condições atuais chegou a 46,1 pontos, enquanto o índice de expectativas foi alcançou 62,0 pontos.

“Os empresários da indústria da construção mostram confiança cada vez maior e expectativas mais positivas para os próximos seis meses. A intenção de investimento também seguiu tendência de alta”, apontou a CNI. “A intenção de investimento alcançou 44,4 pontos em agosto, após aumento de 4,9 pontos. É a quarta alta consecutiva do indicador, que agora se situa no mesmo nível registrado para fevereiro, pré-pandemia”, completou o documento.

*Fonte : IstoÉ- Dinheiro*

*Data : 23/09/2020*

### **SETOR EXTERNO TEM SUPERÁVIT DE US\$ 3,721 BI EM AGOSTO, REVELA BANCO CENTRAL**

Após o superávit de US\$ 1,628 bilhão em julho, o resultado das transações correntes ficou positivo em agosto deste ano, em US\$ 3,721 bilhões, informou nesta quarta-feira o Banco Central (BC). Este é o melhor resultado para meses de agosto na série histórica do BC, iniciada em 1995.

Os dados refletem os efeitos da pandemia do novo coronavírus, que a partir de março se intensificou no Brasil, reduzindo o volume de importações de produtos. A autarquia projetava para o mês passado superávit de US\$ 2,2 bilhões na conta corrente.

A balança comercial registrou saldo positivo de US\$ 5,960 bilhões em agosto, enquanto a conta de serviços ficou negativa em US\$ 1,346 bilhão. A conta de renda primária também ficou

deficitária, em US\$ 1,188 bilhão. No caso da conta financeira, o resultado ficou positivo em US\$ 3,964 bilhões.

No acumulado do ano até agosto, o rombo nas contas externas soma US\$ 8,539 bilhões. A estimativa atual do BC é de déficit em conta corrente de US\$ 13,9 bilhões em 2020. Este cálculo, no entanto, será atualizado amanhã por meio do Relatório Trimestral de Inflação (RTI).

Nos 12 meses até agosto deste ano, o saldo das transações correntes está negativo em US\$ 25,446 bilhões, o que representa 1,64% do Produto Interno Bruto (PIB). Este é o menor percentual desde junho de 2018 (1,49%).

*Fonte : IstoÉ- Dinheiro*

*Data : 23/09/2020*



## **EXTRA ONLINE**

### **LOG-IN RENOVA CONTRATO DE ARRENDAMENTO DE TERMINAL NO ESPÍRITO SANTO**

*Por Paula Arend Laier*

(Reuters) - A Log-In comunicou nesta quarta-feira que sua subsidiária TVV – Terminal de Vila Velha S.A. acordou aditivo prorrogando contrato de arrendamento do portuário do TVV, localizado no porto organizado de Vitória (ES) por mais 25 anos.

A empresa de logística disse que o acordo, celebrado com a União por intermédio do Ministério de Infraestrutura, estabelece o compromisso de investimento inicial de quase 83 milhões de reais para aquisição de novos equipamentos e sistemas para a melhoria da produtividade. Além disso, até 2048, serão aplicados 434 milhões de reais para assegurar a manutenção, atualização e/ou substituição dos ativos.

*Fonte : Extra Online*

*Data : 23/09/2020*

### **PETROBRAS ENCONTRA HIDROCARBONETOS EM POÇO DO BLOCO C-M-657 NA BACIA DE CAMPOS**

*Por Luciano Costa*

SÃO PAULO (Reuters) - A Petrobras identificou a presença de hidrocarbonetos em poço pioneiro no bloco C-M-657, localizado no pré-sal da Bacia de Campos, informou a companhia em comunicado nesta quarta-feira.

O poço pertence a um bloco na qual a Petrobras é operadora, com 30% de participação, e tem como sócias a norte-americana ExxonMobil, com 40%, e a norueguesa Equinor, com 30%.

"Os dados do poço serão analisados para melhor avaliar o potencial e direcionar as atividades exploratórias na área", disse a estatal brasileira.

O poço 1-BRSA-1376D-RJS (Naru) está a aproximadamente 308 quilômetros da cidade do Rio de Janeiro, em profundidade d'água de 2.892 metros, segundo a Petrobras.

O bloco em que ele se encontra foi adquirido pelas empresas na 15ª Rodada da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em março de 2018.

*Fonte : Extra Online*

*Data : 23/09/2020*

## BRASIL TEM SUPERÁVIT EM TRANSAÇÕES CORRENTES DE US\$3,721 BI EM AGOSTO, ACIMA DO ESPERADO

Por *Marcela Ayres*

BRASÍLIA (Reuters) - O superávit em transações correntes do Brasil foi de 3,721 bilhões de dólares em agosto, com o déficit em 12 meses caindo a 1,64% do Produto Interno Bruto (PIB), divulgou o Banco Central nesta quarta-feira. O resultado veio melhor que o superávit de 2,45 bilhão de dólares esperado por analistas em pesquisa da Reuters. Já os investimentos diretos no país (IDP) alcançaram 1,43 bilhão de dólares, ante expectativa de 1,35 bilhão de dólares. Para o mês de setembro, o BC projetou um novo superávit em transações correntes de 3,7 bilhões de dólares e IDP de 2 bilhões de dólares. Até o dia 18 deste mês, o fluxo cambial ficou negativo em 3,448 bilhões de dólares.

Fonte : *Extra Online*

Data : *23/09/2020*



### AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

## SENADO PEDE LIMINAR PARA SUSPENDER ANÁLISE DE PROPOSTAS PARA REFINARIAS NA BAHIA E PARANÁ

Por *Gustavo Gaudar de 23 de setembro de 2020 - Em Newsletter, Newsletter Comece seu Dia*

**COMECE SEU DIA  
APRESENTADA POR**

*Quem faz Felipe Maciel, Guilherme Serodio e Larissa Fafá  
Editada por Gustavo Gaudarde  
gustavo@epbr.com.br*

### em jogo

As mesas do Senado Federal e do Congresso Nacional querem a suspensão liminar da análise das propostas apresentadas à Petrobras pelas refinarias Landulpho Alves (Rlam), na Bahia, e Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná, até que a corte decida sobre a necessidade de autorização legislativa para a venda desses ativos. Estadão

— O requerimento ao relator Edson Fachin foi feito após o presidente do STF, Luiz Fux, retirar a ação do julgamento virtual, que agora precisa ser pautada no plenário da corte, sem data definida. A reclamação vinha sendo julgada desde sexta (18) e já havia recebido três votos desfavoráveis à Petrobras – um deles, de Fachin.

— O Senado e o Congresso argumentam que a Petrobras está criando subsidiárias para vender oito refinarias e assim burlar a necessidade de autorização legislativa. Em 2019, o STF autorizou a venda de subsidiárias de estatais sem esse aval, mas a regra não se estende à privatização da empresa. No entendimento do Senado, é o que está ocorrendo com a venda das refinarias.

Após três cortes seguidos, a Petrobras vai elevar em 4% o preço da gasolina em suas refinarias a partir desta quarta (23). O preço do óleo diesel foi mantido. Com o novo reajuste, a petroleira já promoveu 27 alterações na tabela de preços da gasolina e 21 na tabela de preços do diesel neste ano. Valor

— A empresa também concluiu a oferta de recompra de títulos globais efetuada por sua subsidiária Petrobras Global Finance. O volume de principal validamente entregue pelos investidores na oferta, excluídos juros capitalizados e não pagos, foi de cerca de US\$ 3,5 bilhões, com taxas de câmbio de 1,1828 dólar por euro e 1,2975 dólar por libra. Reuters

O petróleo fechou em leve alta nos mercados internacionais, após a queda de 4% registrada na segunda (21). O Brent para novembro subiu 0,68%, cota a US\$ 41,72 o barril, enquanto o WTI para o mesmo mês teve alta de 0,66%, a US\$ 39,80 o barril. Investing.com, com Estadão Conteúdo

A Alerj derrubou nesta terça (22) o veto do governador afastado Wilson Witzel à proibição da venda de combustíveis por delivery, com abastecimento fora da área dos postos de gasolina.

— Atinge a Refit, antiga Refinaria de Manguinhos, que lançou um serviço de venda de gasolina e etanol por aplicativo, em fase de testes, em bairros da Zona Oeste do Rio de Janeiro. epbr

A Secretaria de Agricultura dos EUA (USDA, na sigla em inglês) definiu que a cota adicional de 80 mil toneladas de açúcar brasileiro que poderá entrar no mercado norte-americano com tarifa reduzida precisará ser importada até 31 de outubro.

—Ontem o presidente Jair Bolsonaro afirmou em rede social que a cota adicional seria “o primeiro resultado das recém-abertas negociações Brasil-EUA para o setor de açúcar e álcool”. epbr

A Petrobras deve segurar a oferta dos 37,5% que ainda detém na BR Distribuidora, diz o Valor. Segundo o jornal, diante do contexto da bolsa e do atual patamar de preços da BR, a estatal não pretende sacramentar a operação a curtíssimo prazo. Pelo atual valor de mercado da distribuidora, a venda pode levantar cerca de R\$ 9,25 bilhões.

— O conselho de administração da Petrobras aprovou a saída do capital da distribuidora em 26 de agosto, mas, desde então, Ibovespa acumula uma retração de 3,6% e as ações da BR um recuo de 2,4%

— Em comunicado ao mercado, a Petrobras confirmou que “ainda não foi definido o momento de lançamento da oferta pública secundária” de suas ações remanescentes na BR.

Petrobras também anunciou a notificação de hidrocarbonetos no pré-sal do C-M-657, adquirido em março de 2018, na 15ª rodada. A Petrobras é operadora do bloco e detém 30% de participação, em parceria com ExxonMobil (40%) e Equinor (30%).

— “Os dados do poço serão analisados para melhor avaliar o potencial e direcionar as atividades exploratórias na área”. O poço pioneiro foi apelidado de Naru.

A diretoria da Aneel abre consulta pública nesta quarta-feira (23) sobre a proposta de regulamentação da Lei 14.052/20, que define solução de repactuação do risco hidrológico (GSF).

— A diretora Elisa Bastos, relatora do processo, prevê que o novo mecanismo ajudará a eliminar quase R\$ 9 bilhões em débitos com pagamentos suspensos judicialmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

— A consulta estará aberta até 22 de outubro. A partir da sanção da Lei 14.052/20, no início deste mês, a Aneel tem 90 dias para regulamentar o tema. Valor

O consumo de energia elétrica no Brasil subiu 2,5% na primeira quinzena de setembro em relação a igual período no ano passado. O volume de energia consumido foi de 63.660 MW médios, ante 62.113 MW médios verificados um ano antes, apontam dados preliminares do boletim InfoMercado Quinzenal, da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

— No mercado regulado, o consumo manteve-se praticamente estável (+0,1%), somando 43.343 MW médios. Já no mercado livre, o avanço foi de 7,9%, chegando a 20.318 MW médios.

— Os segmentos de veículos (-5,0%), serviços (-4,3%) e transporte (-3,5%) ainda registram as maiores quedas no consumo, mas com retrações mais amenas do que nos meses anteriores. A maioria dos segmentos, porém, aumentou seu consumo: saneamento (28,2%), comércio (20,6%) e bebidas (14,6%).

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), pediu nesta terça (22) a retirada da pauta dos três projetos de lei que integravam a proposta de reforma tributária na Assembleia Legislativa. Os textos passariam a trancar a pauta a partir desta quarta (23).

— O governo gaúcho havia enviado os textos há cerca de um mês, mas na semana passada reviu as bases da reforma e enviou aos deputados um novo conjunto de propostas com novos percentuais de ICMS para diesel, GNV, gasolina, etanol e serviços de energia elétrica e telecom.

epbr

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 23/09/2020

## **COTA EXTRA DE AÇÚCAR ABERTA AO BRASIL PELOS EUA VALERÁ POR 30 DIAS**

*Por Guilherme Serodio - 22 de setembro de 2020 - Em Combustíveis, Internacional*

A Secretaria de Agricultura do governo dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês) definiu que a cota adicional de 80 mil toneladas de açúcar brasileiro que poderá entrar no mercado norte-americano com tarifa reduzida precisará ser importada até 31 de outubro.

A informação foi confirmado nesta terça (21) em comunicado da autoridade reguladora de comércio exterior dos Estados Unidos, o U.S. Trade Representative (USTR).

Ontem o presidente Jair Bolsonaro afirmou em rede social que a cota adicional seria “o primeiro resultado das recém-abertas negociações Brasil-EUA para o setor de açúcar e álcool”.

O governo brasileiro definiu que vai permitir a importação adicional de até 187,5 milhões de litros de etanol isentos de tarifa até dezembro. Ou seja, a vantagem tarifária ao produto norte-americano terá duração de pelo menos um mês a mais do que a anunciada contrapartida dos EUA ao etanol brasileiro.

A Secretaria de Agricultura dos EUA definiu o aumento do volume de açúcar importado com tarifa reduzida um dia antes da reunião da Camex, em 10 de setembro. A ocupação da tarifa de açúcar, contudo, só foi anunciada hoje.

Ao todo, o Brasil terá direito a utilizar 80 mil toneladas da cota. A Austrália ficará com outras 11 mil toneladas.

Com o novo volume anunciado, o Brasil terá direito a 310 mil toneladas de açúcar bruto de cana com tarifa reduzida a US\$ 14 por tonelada nas exportações para os EUA. O volume representa menos de 2% das exportações brasileiras de açúcar. Acima da cota, o açúcar brasileiro exportado aos EUA paga US\$ 337,92 por tonelada.

A renovação da cota de importação de etanol pelo governo brasileiro foi criticada pelo setor sucroalcooleiro e por parlamentares da esquerda à direita como uma medida desproporcional nas trocas comerciais entre os dois países. Mas foi defendida pelo chanceler Ernesto Araújo como uma garantia ao “conforto político” do presidente Jair Bolsonaro.

A fala, feita em reunião com parlamentares no começo de setembro, e reproduzida pelo deputado Alceu Moreira (MDB/RS) à epbr, é uma referência à oportunidade de o governo brasileiro reafirmar seu alinhamento à gestão de Donald Trump, que concorre à reeleição em novembro, quando a vantagem ao açúcar brasileiro já estará extinta.

*Fonte : Agência EPBR de Notícias*

*Data : 23/09/2020*



## **JORNAL O GLOBO – RJ**

### **PETROBRAS DESCOBRE PETRÓLEO NO PRÉ-SAL DA BACIA DE CAMPOS, NO LITORAL DO RIO**

Companhia encontrou indícios do óleo em um poço exploratório de uma área arrematada com outras duas petroleiras em leilão da ANP em 2018

*Por Ramona Odoñez*



[https://ogimg.infoglobo.com.br/economia/23641719-2b6-2ef/FT1086A/652/xplataforma\\_de\\_petroleo.jpg.pagespeed.ic.INBVUkR1qi.jpg](https://ogimg.infoglobo.com.br/economia/23641719-2b6-2ef/FT1086A/652/xplataforma_de_petroleo.jpg.pagespeed.ic.INBVUkR1qi.jpg)

**Plataforma de Petróleo na Bacia de Campos: região mostra vitalidade com novas descobertas de petróleo no pré-sal Foto: Agência Brasil**

RIO — Há 43 anos em atividade, a Bacia de Campos, no litoral fluminense, tem sido marcada ultimamente pelo declínio na produção de petróleo enquanto aumenta o protagonismo dos campos do pré-sal na Bacia

de Santos.

No entanto, uma descoberta anunciada pela Petrobras nesta quarta-feira mostra que ainda há chances de aumento da produção na região.

A estatal informou que encontrou sinais da presença de petróleo em um poço exploratório numa área de águas ultraprofundas no pré-sal da Bacia de Campos.

A descoberta foi feita no bloco C-M-657, arrematado em leilão da 15ª rodada de licitações da Agência Nacional do Petróleo (ANP), em 2018.

O poço está localizado a aproximadamente 308 quilômetros da costa da capital fluminense, a uma profundidade de 2.892 metros de distância do nível do mar ao solo.

A descoberta foi feita apenas dois anos depois de o bloco ter sido arrematado em leilão pelo consórcio formado pela Petrobras (30%), que é a operadora, pela americana ExxonMobil (40%) e pela norueguesa Equinor (30%), sob regime de concessão.

Segundo a Petrobras, os dados coletados no poço serão analisados para melhor avaliar o potencial e direcionar as atividades exploratórias na área.

Pisando no freio: Petrobras adia venda de ações remanescentes da BR Distribuidora

A Bacia de Campos se estende desde a altura da cidade de Vitória, no Espírito Santo, até Arraial do Cabo, na Região dos Lagos do Estado do Rio de Janeiro.

O primeiro campo descoberto pela Petrobras na região foi o de Garoupa, em 1974, sendo que, em 1977, foi iniciada a produção comercial no campo de Enchova.

A partir do trabalho realizado na Bacia de Campos, a Petrobras desenvolveu tecnologias para produção em águas cada vez mais profundas, o que levou a estatal à descoberta dos reservatórios da camada pré-sal, confirmada em 2006.

*Fonte : O Globo - RJ*

*Data : 23/09/2020*

## **NOVO IMPOSTO NÃO ESTÁ EM DISCUSSÃO, DIZ PRESIDENTE DA COMISSÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA**

Segundo senador Roberto Rocha (PSDB-MA), proposta poderia contaminar tramitação dos projetos

*Por Victor Farias e Marcello Corrêa*

BRASÍLIA — O presidente da comissão mista da reforma tributária, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), disse nesta quarta-feira que a criação de um imposto nos moldes da CPMF "não está em discussão".

— Isso não tá em discussão no Congresso — disse Rocha, ao chegar para uma reunião no Palácio do Planalto.

Ao ser lembrado de que a ideia já está sendo debatida pelo governo, o parlamentar afirmou que a proposta poderia contaminar o andamento da reforma.

— Acho que não (chega ao Congresso), é muito delicado esse assunto. Pode de algum modo contaminar a reforma, porque não há ambiente político para discutir isso — afirmou.

Na semana passada, Rodrigo Maia voltou a criticar a criação de um imposto semelhante à antiga CPMF e disse que, enquanto for presidente da Câmara dos Deputados, o imposto não deve ser recriado.

A criação de um imposto sobre transações financeiras é defendida pela equipe econômica para compensar a desoneração da folha de pagamentos. Hoje, empregadores recolhem uma contribuição de 20% sobre salários.

O objetivo da medida é incentivar a geração de empregos no mercado formal de trabalho. A proposta, no entanto, enfrenta resistências.

— Na realidade, não é criar um imposto o que o governo quer, o governo quer é desonerar a folha. A maneira que encontra para desonerar a folha é criando esta movimentação financeira. Ou faz assim ou aumenta no IVA, aumentando a carga tributária. Mas este é um assunto delicado, que não me parece oportuno discutir agora, neste momento — completou o senador.

*Fonte : O Globo - RJ*

*Data : 23/09/2020*

## **NOVO PROGRAMA SOCIAL E PRÓXIMA FASE DE REFORMA TRIBUTÁRIA SERÃO APRESENTADOS SEMANA QUE VEM, DIZ LÍDER DO GOVERNO**

Ricardo Barros, no entanto, não detalha como benefício será financiado nem qual é a solução para desonerar a folha de pagamento

*Por Marcello Corrêa e Victor Farias*

BRASÍLIA — O líder do governo na Câmara dos Deputados, Ricardo Barros (PP-PR), disse nesta quarta-feira que os projetos com a próxima fase da reforma tributária e a criação de um novo programa social devem ser encaminhados na próxima semana.

A declaração foi dada após uma reunião com líderes do Congresso no Palácio do Planalto, ao lado do ministro da Economia, Paulo Guedes, e do ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos.

Segundo Barros, o novo programa, cujo nome não deve ser mais Renda Brasil, será incluída na proposta de emenda à Constituição (PEC) do pacto federativo, cujo relator é o senador Marcio Bittar (MDB-AC).

— Nós estamos construindo com o senador Márcio Bittar o texto do pacto federativo [Bittar é o relator da proposta], onde estará o conceito de renda mínima, e a equipe econômica estará construindo também o texto que será encaminhado para a reforma tributária. Esses textos serão submetidos aos líderes da Câmara e do Senado. Estamos buscando fazer isso na próxima semana. Evidente que depende de consensarmos as soluções e podermos apresentar isso para os senhores líderes — disse Barros.

O parlamentar, no entanto, não respondeu a questionamentos dos jornalistas. Não ficou claro, por exemplo, como o novo benefício será financiado, nem qual será o teor da proposta de reforma tributária.

### **Guedes critica 'dinheirinho carimbado'**

A discussão sobre criar um substituto para o auxílio emergencial e o Bolsa Família no ano que vem passa por turbulências desde a semana passada, quando o secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues, defendeu em entrevista ao portal G1 a proposta de congelar aposentadorias e pensões para abrir espaço para a medida no Orçamento.

A ideia foi vetada pelo presidente Jair Bolsonaro, que chegou a proibir que o tema fosse discutido no governo. O projeto, no entanto, voltou à pauta a pedido de Bittar, que disse ter recebido autorização de Bolsonaro para tocar uma versão alternativa da proposta.

O senador chegou a prever que o novo texto seria apresentado nesta semana, mas não cumpriu o prazo estabelecido por ele mesmo, por falta de consenso entre líderes do Congresso.

Para aumentar despesas com transferência de renda, o governo terá que cortar em outras áreas. Do contrário, romperá o teto de gastos. Na declaração desta quarta, Barros disse que essa opção não está em discussão.

— Reafirmamos nosso compromisso com o teto de gastos e com o rigor fiscal. Nenhuma proposta encaminhada vai tratar dessa questão. Estamos buscando dentro do Orçamento — disse o deputado.

Sem citar o congelamento de benefícios, Guedes defendeu que as despesas do governo deixem de ser necessariamente corrigidas pela inflação. Para ele, isso é necessário para que políticos tenham mais poder de decisão sobre o Orçamento.

— O pacto federativo é a devolução dos orçamentos públicos à classe política brasileira. É a classe política que decide. Como o Brasil está mais protegido? A ação política é muito mais importante do que um dinheirinho carimbado que corrige 1,6% (em referência à projeção de inflação) — afirmou.

### **Imposto sobre transações**

A outra frente de debate é a próxima fase da reforma tributária. A ideia do time de Guedes é estabelecer um imposto sobre transações financeiras, comparado à antiga CPMF, e que enfrenta resistências no Congresso.

Antes da reunião desta quarta, o senador Roberto Rocha (PSDB-MA), presidente da comissão da reforma tributária, disse que não há ambiente político para discutir a medida.

Apesar disso, Guedes defendeu uma "substituição tributária" para viabilizar a desoneração da folha de pagamentos das empresas.

— As prioridades são emprego e renda, retomada do crescimento, dentro do nosso programa de responsabilidade fiscal. Queremos desonerar, queremos ajudar a criar emprego, então vamos fazer um programa de substituição tributária — disse Guedes.

A divergência entre Guedes e Rocha foi minimizada pelo ministro Luiz Eduardo Ramos, após a coletiva de imprensa. Questionado sobre a fala anterior do senador, o ministro afirmou:

— Cada um tem sua opinião.

Perguntado se a diferença poderia ser solucionada por meio de articulação política, Guedes se limitou a dizer que o governo "tem articulação política".

*Fonte : O Globo - RJ*

*Data : 23/09/2020*

## **NOVAS PLATAFORMAS DE PETRÓLEO DEVEM AUMENTAR ARRECADAÇÃO DE ICMS E GERAR EMPREGOS NO ESTADO DO RIO, PREVÊ FIRJAN**

Anuário do setor no estado, lançado nesta terça-feira pela Firjan, aponta a geração de 416 empregos diretos a cada R\$ 1 bilhão gerado nesta indústria

*Por Ramona Ordoñez*



<https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24654814-74a-973/FT1086A/652/xWhatsApp-Image-2020-09-22-at-21.59.01.jpeg.jpeg.pagespeed.ic.NAXB1RmZUZ.jpg>

*Plataforma estacionada na Baía de Guanabara  
Foto: Arquivo*

RIO - Cada uma das plataformas que integram os dez sistemas de produção de petróleo previstos para entrar em operação até 2028 vão gerar uma receita da ordem de R\$ 300 milhões por ano em ICMS para o

Estado do Rio, que está em regime de recuperação fiscal.

Essa é um das estimativas da 5ª edição do Anuário de Petróleo do Rio, lançado nesta terça-feira pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).

O estudo estima que cada R\$ 1 bilhão de receita gerada na atividade tem potencial de gerar 416 empregos diretos e 2,7 mil indiretos. O efeito em renda foi estimado em R\$ 560 milhões no país, sendo R\$ 210 milhões absorvidos pelo Rio.

Gerente de Petróleo, Gás e Naval da Firjan e diretora geral da Organização Nacional da Indústria do Petróleo (Onip), Karine Fragozo afirmou, durante o lançamento, que, em 2019, cerca de 45%

da força de trabalho no Rio de Janeiro estava dedicada a esse mercado. Em 2017, 33% dos empregos no estado eram na cadeia fornecedora para petróleo.

— Esse mercado compra tudo de todo mundo, e dinamiza a economia do Rio. O efeito desse mercado sobre os outros setores é muito grande — disse Karine.

De acordo com o Anuário, há dez sistemas de produção em fase de licenciamento para operação no Rio entre 2025 e 2028 no pré-sal da Bacia de Santos.

*Fonte : O Globo - RJ*

*Data : 23/09/2020*

## **ROGÉRIO MARINHO QUER TRANSFORMAR FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAIS EM PRIVADOS PARA FINANCIAR OBRAS**

Para o ministro, a redução da taxa de administração poderá gerar uma economia da ordem de R\$ 25 bilhões em um período de dez anos

*Por Geralda Doca*



[https://ogimg.infoglobo.com.br/economia/24220742-91a-2ba/FT1086A/652/x86504963\\_O-secretario-especial-de-Previdencia-e-Trabalho-Rogério-Marinho-anuncia-as-medidas-do-gove-1.jpg.pagespeed.ic.Tzk68RTQd3.jpg](https://ogimg.infoglobo.com.br/economia/24220742-91a-2ba/FT1086A/652/x86504963_O-secretario-especial-de-Previdencia-e-Trabalho-Rogério-Marinho-anuncia-as-medidas-do-gove-1.jpg.pagespeed.ic.Tzk68RTQd3.jpg)

*Ministro Rogério Marinho quer transformar fundos de desenvolvimento regionais em privados para financiar obras Foto: Agência O Globo*

Rogério Marinho, quer usar R\$ 5,7 bilhões dos fundos de desenvolvimento regionais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste que estão parados no Tesouro Nacional. A ideia é transformar esses fundos públicos em privados e reduzir a taxa cobrada pelos bancos públicos para administrá-los.

- Nós estamos redefinindo a função dos fundos de desenvolvimento regionais, que hoje têm baixíssima execução. Estou falando em R\$ 5,7 bilhões que estão estagnados nas contas do nosso Tesouro Nacional – disse Marinho, ao participar de uma live realizada pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil (Cbic), nesta terça-feira.

Segundo ele, a ideia é que esses fundos tenham uma governança semelhante ao FGTS, que dispõe de um Conselho Curador para definir prioridades de investimento. Marinho disse que a redução da taxa de administração dos fundos regionais poderá gerar uma economia de recursos. Por ano, haveria uma disponibilidade para projetos estruturados entre R\$ 1,8 bilhão e R\$ 2 bilhões.

O objetivo final, destacou o ministro, é estruturar projetos para atrair investimentos privados. Ele estima um potencial de recursos entre R\$ 80 e R\$ 100 bilhões com a iniciativa.

— Cada bilhão de reais que é contabilizado na estruturação de projetos de qualidade, projetos que se ponham de pé na área de saneamento básico, de mobilidade, de recursos hídricos, de iluminação e arranjos produtivos permitirá que nós possamos receptionar de R\$ 80 a R\$ 100 bilhões em investimentos. Um projeto bem estruturado é comprado pela iniciativa privada — disse o ministro.

*Fonte : O Globo - RJ*

*Data : 23/09/2020*

## GOVERNO DECIDE ACELERAR ESTUDOS PARA PRIVATIZAR OS AEROPORTOS SANTOS DUMONT E CONGONHAS ANTES DAS ELEIÇÕES DE 2022

Edital de convocação deve ser publicado na primeira quinzena de outubro

*Por Geralda Doca*



[https://ogimg.infoglobo.com.br/economia/23598834-c8c-c0c/FT1086A/652/xsantos-dumont\\_big.jpg.pagespeed.ic.HrkWmH4xq.jpg](https://ogimg.infoglobo.com.br/economia/23598834-c8c-c0c/FT1086A/652/xsantos-dumont_big.jpg.pagespeed.ic.HrkWmH4xq.jpg)

*Pista do Aeroporto Santos Dumont Foto: Reprodução*

BRASÍLIA - O governo decidiu acelerar os estudos para a concessão dos aeroportos Santos Dumont e Congonhas a fim de realizar o leilão em bloco com outros terminais no primeiro semestre de 2022, antes das eleições presidenciais. O edital para chamamento dos interessados na

elaboração dos trabalhos será publicado na primeira quinzena de outubro.

O prazo para a entrega será de 180 dias, a contar do processo final de habitação dos vencedores.

O aeroporto Santos Dumont será leiloado com o de Jacarepaguá, ambos no Rio, e outros três terminais mineiros (Uberlândia, Uberaba e Montes Claros). Estarão no lote de Congonhas os aeroportos de São José do Campos e Campo de Marte, em São Paulo, e mais três do Mato Grosso do Sul (Campo Grande, Corumbá e Ponta Porã).

Também será concedido nessa rodada mais um bloco do Norte, puxado pelo aeroporto de Belém junto com Marabá, Macapá, Altamira, Santarém e Carajás. Ao todo, serão licitados 17 aeroportos. Outros cinco que ainda restarão nas mãos da Infraero serão fechados ou repassados a estados e prefeituras. São Paranaíba (PI), Carlos Prates e Pampulha (MG), Paulo Afonso-BA e Brigadeiro Protázio de Oliveira (PA).

O plano inicial do governo era realizar os estudos dessa última rodada de concessão de aeroportos só depois de concluir a venda dos blocos do Sul, puxado por Curitiba, do Norte, por Manaus e central, por Goiânia, prevista para dezembro deste ano.

Mas a pandemia do coronavírus, que afetou o setor aéreo, obrigou as autoridades a fazer ajustes nas regras dos editais, o que empurrou o leilão para março de 2021.

Segundo o secretário de Aviação Civil (SAC), Ronei Glanzmann, será necessário antecipar os estudos porque Santos Dumont e Congonhas são considerados aeroportos complexos, sobretudo do ponto de vista de engenharia.

Ele disse que a tendência é que os atuais concessionários privados sejam autorizados a participar do certame.

Além disso, os investidores interessados terão opção de contratar um operador aeroportuário sem a obrigatoriedade de que ele faça parte do consórcio.

Quem arrematar o Santos Dumont terá como principal desafio obter a certificação operacional do aeroporto, conforme as regras internacionais. Isso vai exigir investimentos em engenharia para aplicação de um concreto especial nas cabeceiras das pistas por questões de segurança.

Além disso, a passagem para a Escola Naval terá que ser fechada. O projeto prevê a consolidação da vocação comercial do aeroporto.

Santos Dumont e Congonhas são considerados joias da coroa da Infraero por causa da localização central e abrigarem ponte aérea. Investidores já estão de olho no certame, considerada a maior concessão do setor aeroportuário, iniciada em 2011. Segundo fontes do mercado, o lance por Congonhas pode superar US\$ 1 bilhão.

Para o secretário, a pandemia não vai prejudicar as novas rodadas de concessão de aeroportos porque as operações no Brasil são concentradas no mercado doméstico. Além disso, há espaço para retomada e crescimento do tráfego no período pós pandemia.

- O Brasil será um dos primeiros a sair da crise - disse o secretário.

Ele disse que o destino da Infraero ainda não foi definido pelo governo. A tendência é de que a estatal continue existindo de forma mais enxuta e se dedique, exclusivamente, à prestação de serviços aeroportuários para governos e operadores privados.

*Fonte : O Globo - RJ*

*Data : 23/09/2020*

## O ESTADO DE S. PAULO

### O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

#### **BNDES AVALIA PRORROGAR SUSPENSÃO DE PAGAMENTO DE DÍVIDAS**

A ideia do BNDES é prorrogar os pagamentos apenas para empresas de setores mais afetados pela pandemia

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) estuda a prorrogação da suspensão temporária das cobranças dos pagamentos de dívidas, uma das primeiras medidas anunciadas para mitigar a crise causada pela covid-19, ainda no fim de março. A suspensão das cobranças – conhecida no setor financeiro como “standstill” – foi concedida por seis meses, portanto, o prazo termina daqui a uma semana, no fim do mês. A ideia é prorrogar a suspensão apenas para os setores econômicos mais atingidos pela crise, como as operadoras privadas de aeroportos, disse uma fonte que acompanha as discussões e pediu para não se identificar.

No fim do mês passado, em balanço sobre as medidas adotadas desde março, o BNDES informou que, com o “standstill”, deixou de cobrar R\$ 12,4 bilhões do setor privado. Foram beneficiadas 28,5 mil médias, pequenas e microempresas e 492 grandes empresas. O banco de fomento deixou de receber outros R\$ 3,9 bilhões em dívidas devidas por Estados e municípios. Procurado, o BNDES não comentou sobre a possibilidade de prorrogação.

As operadoras privadas de aeroportos são candidatas naturais a serem contempladas com a medida porque o transporte aéreo foi uma das atividades mais castigadas pela pandemia. Em palestra num seminário transmitido pela internet no mês passado, o presidente do BNDES, Gustavo Montezano, já havia dito que o banco estava discutindo uma “segunda perna” na suspensão de pagamentos para setores que precisam de “tratamentos secundários”, e citou especificamente os aeroportos.

#### **Setor a setor**

Segundo a fonte ouvida pelo Estadão/Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, a avaliação do BNDES será setor a setor. Uma prorrogação ampla e irrestrita da

suspensão, como adotada no fim de março, é considerada “pouco provável”. Além das operadoras privadas de aeroportos, as concessionárias de transporte público, cuja demanda de passageiros também tombou em meio à pandemia, são candidatas a ganhar mais prazo na suspensão dos pagamentos.

Nem mesmo para as empresas de menor porte deverá haver prorrogação irrestrita. A avaliação interna do BNDES é que não necessariamente essa seria a melhor forma de continuar dando um alívio para os pequenos negócios. Outras medidas adotadas pelo governo na área de crédito, como o Pronampe, operado pelo Banco do Brasil (BB), e o Peac, operado pelo BNDES, trouxeram opções de empréstimos com juros menores do que os cobrados em financiamentos antigos.

“É melhor tomar crédito novo ou postergar o crédito cujas taxas são lá de trás?”, questionou a fonte ouvida.

*Fonte : O Estado de São Paulo - SP*

*Data : 23/09/2020*

## **INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS NO PAÍS CAÍRAM 85% EM AGOSTO, DIZ BC**

Mesmo assim, com superávit de US\$ 3,7 bilhões, contas externas tiveram saldo positivo pelo quinto mês seguido

*Por Fabrício de Castro e Eduardo Rodrigues, O Estado de S.Paulo*

BRASÍLIA - As contas externas registraram superávit de US\$ 3,721 bilhões em agosto deste ano, segundo números divulgados pelo Banco Central nesta quarta-feira, 23. Esse foi o quinto mês seguido de resultados positivos. No entanto, os investimentos estrangeiros no País caíram 85% em agosto, na comparação com o mesmo mês de 2019. No mês, as aplicações somaram US\$ 1,4 bilhão, ante US\$ 9,5 bilhões em agosto do ano passado.

Na terça-feira, 22, em discurso na Organização das Nações Unidas (ONU), o presidente Jair Bolsonaro disse que os investimentos diretos no País aumentaram no primeiro semestre deste ano na comparação com o mesmo período de 2019. "Isso comprova a confiança do mundo em nosso governo", afirmou a outros líderes mundiais.

Os números do próprio BC, no entanto, o desmentem. O Brasil registrou no primeiro semestre de 2020 um total de US\$ 25,349 bilhões de Investimento Direto no País (IDP), valor inferior aos US\$ 32,233 bilhões registrados no primeiro semestre do ano passado.

O Banco Central também informou que os investimentos estrangeiros diretos na economia brasileira somaram US\$ 26,957 bilhões de janeiro a agosto deste ano. Com isso, houve queda de 41% frente ao mesmo período de 2019, quando somaram (US\$ 46 bilhões). O valor é o menor para o período desde 2009, quando totalizaram US\$ 18,972 bilhões. Ou seja, foi a menor entrada de investimentos no país em 11 anos.

De acordo com o chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, o investimento direto se caracteriza por uma relação de longo prazo entre a empresa investida, que está no Brasil, e a investidora, no exterior.

"O que estamos vivendo hoje é uma situação internacional pode-se dizer inédita e afeta de formas diferenciadas os componentes do balanço de pagamentos, como o investimento direto. O mais provável é que [os investimentos estrangeiros] voltem quando a situação tiver um menor nível de incerteza aos patamares anteriores", disse ele.

Além disso, os números do BC mostram retirada pelos investidores de US\$ 28,281 bilhões de aplicações financeiras no Brasil nos oito primeiros meses deste ano. O valor inclui ações, fundos de investimentos e títulos da renda fixa.

Segundo ao BC, essa é a maior saída de recursos de aplicações financeiras da economia brasileira desde o início da sua série histórica em 1995, ou seja, em 26 anos. No mesmo período do ano passado, US\$ 7,509 bilhões ingressaram no país em aplicações financeiras.

Mesmo assim, os investimentos estrangeiros foram suficientes para cobrir o rombo das contas externas no acumulado deste ano (US\$ 8,539 bilhões). Quando o déficit não é "coberto" pelos investimentos estrangeiros, o País tem de se apoiar em outros fluxos, como ingresso de recursos para aplicações financeiras, ou empréstimos buscados no exterior, para fechar as contas.

O resultado de transações correntes, um dos principais do setor externo do país, é formado pela balança comercial (comércio de produtos entre o Brasil e outros países), pelos serviços (adquiridos por brasileiros no exterior) e pelas rendas (remessas de juros, lucros e dividendos do Brasil para o exterior).



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/2/3/15/92616481132.jpg>

Porto de Santos Foto: Márcio Fernandes/ Estadão

A melhora no resultado das contas externas neste ano é fruto do saldo positivo da balança comercial brasileira, que tem sustentado bons números em meio à pandemia da covid-19, principalmente por conta da queda de importações.

Além disso, déficits menores nas contas de serviços e renda também têm sido registrados, em razão do desaquecimento da economia mundial e do fechamento de fronteiras – este último fator contribuiu para o menor gasto de brasileiros no exterior em 16 anos em agosto.

O número de agosto ficou acima do teto do levantamento realizado pelo Projeções Broadcast, que tinha intervalo de superávit de US\$ 1,63 bilhão a US\$ 3,20 bilhões (mediana positiva de US\$ 2,40 bilhões).

Segundo o BC, na parcial dos oito primeiros meses deste ano, a conta de transações correntes registrou um déficit de US\$ 8,539 bilhões, o que representa uma queda de 75% frente ao mesmo período do ano passado (-US\$ 34,020 bilhões).

Para todo ano de 2020, a expectativa do Banco Central é de um déficit menor das contas externas, de US\$ 13,9 bilhões, por conta da pandemia do novo coronavírus. Se confirmado, será o melhor resultado em 13 anos.

### **Gastos de brasileiros no exterior**

Os gastos de brasileiros no exterior somaram US\$ 267 milhões em agosto. Na comparação com o mesmo mês de 2019, quando as despesas em outros países totalizaram US\$ 1,309 bilhão, a queda foi de 79%. Este também foi o menor valor para o mês de agosto desde 2004, ou seja, em 16 anos.

O recuo se deu em meio à disparada do dólar e à escalada das tensões acerca do novo coronavírus, que resultou no fechamento de fronteiras e na suspensão de voos por alguns meses.

A moeda norte-americana tem registrado forte alta neste ano por conta da pandemia, com os investidores avaliando o impacto do pacote de estímulo nas contas públicas – que vêm registrando forte deterioração. De janeiro a agosto, a alta do dólar acumulada foi de 36,69%.

Com a disparada do dólar, as viagens de brasileiros ao exterior ficam mais caras. Isso porque as passagens e as despesas com hotéis, por exemplo, são cotadas em moeda estrangeira.

No acumulado dos oito primeiros meses deste ano, ainda segundo informações do Banco Central, os gastos de brasileiros no exterior somaram US\$ 4,110 bilhões.

Na comparação com o mesmo período de 2019, quando as despesas no exterior totalizaram US\$ 12,014 bilhões, a queda foi de 66%.

### **Gastos de estrangeiros no Brasil**

De acordo com dados do BC, em agosto deste ano os estrangeiros gastaram US\$ 146 milhões no Brasil, com forte queda frente ao patamar registrado no mesmo mês de 2019 (US\$ 468 milhões).

Nos oito primeiros meses de 2020, as despesas de estrangeiros no Brasil somaram US\$ 2,218 bilhões, com recuo frente ao mesmo período do ano passado – quando totalizaram US\$ 4,142 bilhões.

Para estimular o turismo no Brasil, **o presidente Jair Bolsonaro assinou no começo do ano passado um decreto para dispensar o visto de visita para turistas de Estados Unidos, Canadá, Austrália e Japão** que viajarem ao Brasil.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 23/09/2020

### **COLUNA DO BROADCAST - CSN MIRA COLOCAR R\$ 1, 1 BI NO CAIXA DA UNIDADE DE MINERAÇÃO COM IPO**

Por *Fernanda Guimarães*

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) tem planos ousados para sua unidade de mineração, mas os que estão acompanhando de perto os planos de abertura de capital da unidade garantem que há sustentação em cada número que vem sendo apresentado. A empresa, comandada por Benjamin Steinbruch, ainda não começou a conversar com os investidores para a oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) da subsidiária que centraliza as operações da conhecida Casa de Pedra e Namisa, mas já está no papel a ideia de uma oferta de US\$ 1,5 bilhão – cerca de R\$ 8,2 bilhões no câmbio de hoje. E a divisão deve ser a seguinte: US\$ 1,3 bilhão (ou aproximadamente R\$ 7,1 bilhões) uma oferta secundária, com o dinheiro para o caixa da CSN, para redução de sua dívida. E US\$ 200 milhões (cerca de R\$ 1,1 bilhão) devem ser destinados para investimentos da unidade de mineração. A CSN Mineração, uma grande geradora de caixa, deve ser desmembrada sem dívidas.

Only you. A CSN já anunciou ao mercado que estima que sua produção de minério de ferro vá de 33 milhões de toneladas anuais para nada menos do que 108 milhões em 2033. Nos bastidores, a meta é considerada bastante plausível porque não haveria risco de execução, já que a companhia já possui, por exemplo, as licenças necessárias, algo que atualmente pode impor um ritmo bastante lento para a atividade de mineração. A oferta está programada para novembro, que poderá escorregar para dezembro, dependendo das condições de mercado. No cronograma está planejado ainda um bom período de reuniões com investidores antes do início formal do roadshow. Procurada, CSN não comentou.

Contato: [colunabroadcast@estadao.com](mailto:colunabroadcast@estadao.com)

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 23/09/2020

### **COLUNA DO BROADCAST - GOVERNO REJEITA IDEIA DE RESTRINGIR CONCESSIONÁRIAS EM LEILÃO DA FERROVIA DE INTEGRAÇÃO OESTE-LESTE**

Por *Amanda Pupo*

O Ministério da Infraestrutura foi contra a sugestão da área técnica do Tribunal de Contas da União (TCU) de restringir a participação de atuais concessionárias de ferrovias no leilão da Fiol (Ferrovia de Integração Oeste-Leste), segundo apurou a Coluna do Broadcast. A operação do trecho entre Ilhéus (BA) e Caetité (BA) será transferido à iniciativa privada, e o governo aguarda o aval do tribunal de contas para publicar o edital da concessão.

Tamanho. O argumento da pasta é de que restringir a participação de empresas não faz sentido em certos mercados, como o ferroviário, uma vez que mundialmente há poucos operadores atuando. Técnicos dizem que mecanismos dessa natureza já foram utilizados em outros projetos do governo. No setor de ferrovias, no entanto, ele não poderia ser aplicado.

Escolha. Ficará a cargo do relator do processo no TCU, ministro Aroldo Cedraz, analisar as alegações do governo e da área técnica. A expectativa do Ministério da Infraestrutura é de que a Corte analise o processo de concessão da Fiol em breve, para que o edital seja publicado ainda em 2020.

Atraso. No início do ano, a previsão do Ministério da Infraestrutura era de que o leilão também ocorresse em 2020. A estimativa foi mantida no balanço de ações da pasta divulgado no meio do ano. Agora, no entanto, os prazos são considerados apertados, e o governo conta apenas com a publicação do edital nos próximos meses.

coluna.broadcast@estadao.com

Fonte : *O Estado de São Paulo - SP*

Data : 23/09/2020

## **GUEDES DEFENDE 'TRIBUTOS ALTERNATIVOS' PARA DESONERAR A FOLHA DE PAGAMENTOS**

O ministro e o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), anunciaram que líderes do Congresso receberam aval de Bolsonaro para construir uma proposta de reforma tributária  
*Por Emily Behnke, O Estado de S.Paulo*

BRASÍLIA - O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou nesta quarta-feira, 23, que o governo estuda um "programa de substituição tributária". Sem citar o retorno de uma nova Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), o ministro disse que para gerar emprego é necessário desonerar a folha e, por isso, seria preciso considerar "tributos alternativos".

"As prioridades são emprego e renda na retomada do crescimento dentro do nosso programa de responsabilidade fiscal", afirmou. "Queremos desonerar, queremos ajudar a criar emprego, facilitar a criação de empregos? Então, vamos fazer um programa de substituição tributária", disse no Palácio do Planalto.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/3/9/1600877132793.jpg>

*O ministro Paulo Guedes estuda um "programa de substituição tributária" para desonerar a folha de pagamento. Foto: Gabriela Biló/Estadão - 16/9/2020*

Guedes e o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), concederam entrevista após uma reunião das alas política e econômica do governo com o presidente Jair Bolsonaro para discutir a reforma tributária e um programa de transferência de renda.

"Descobrimos 38 milhões de brasileiros, que eram invisíveis, temos que ajudar essa turma a ser reincorporada no mercado de trabalho. Então, temos que desonerar a folha, por isso que a gente precisa de tributos alternativos, para desonerar a folha e ajudar a criar emprego", afirmou Barros.

O deputado afirmou ainda que não haverá aumento de carga tributária na proposta de reforma que o governo construirá. "Estamos buscando dentro do Orçamento recursos para poder avançar nos programas. E, se houver a necessidade, faremos uma substituição de tributação, mas não haverá aumento de carga tributária", disse.

Nesta quarta-feira, Guedes e Barros anunciaram em coletiva não programada que os líderes no Congresso receberam o aval de Bolsonaro para construir uma proposta de reforma tributária. O texto deverá ser discutido com o relator da comissão mista da reforma, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

O texto do pacto federativo, relatado pelo senador Márcio Bittar (MDB-AC), também é construído com participação do governo e deve trazer a inclusão de um programa de renda mínima. "Estes textos (pacto federativo e reforma tributária) serão submetidos aos líderes da Câmara e do Senado", disse. A ideia, segundo o deputado, é fazer isso na próxima semana.

Como mostrou o Estadão, embora a insistência de recriar um imposto nos moldes da CPMF seja rejeitada pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), líderes do governo negociam a apresentação da proposta de um tributo sobre transações digitais com cobrança semelhante ao extinto tributo. Uma das propostas é aprovar um novo tributo temporário para começar a desoneração da folha de pagamentos (a redução nos encargos que as empresas pagam sobre os salários dos funcionários).

A apresentação da proposta da segunda etapa da reforma tributária agora é uma tentativa de manter o veto à desoneração da folha de pagamentos de 17 setores por um prazo de mais ano. O benefício acabaria neste ano, mas foi estendido pelo Congresso para o fim de 2021. Bolsonaro vetou, mas o governo sabe que deve perder na votação para apreciar o veto. A equipe econômica recomendou o veto por causa do custo adicional nas despesas, mas o Congresso sinalizou que vai derrubar o veto para evitar demissões nestes setores nesse momento de recessão econômica.

A CPMF foi um imposto que existiu até 2007 para cobrir gastos do governo federal com projetos de saúde - a alíquota máxima foi de 0,38% sobre cada operação. Em 2015, o governo, então sob comando da presidente Dilma Rousseff, chegou a propor a volta do tributo, mas isso acabou não acontecendo.

A assessora especial do Ministério da Economia, Vanessa Canado, já disse que o novo imposto sobre transações, que o governo tem tentado desvincular da antiga CPMF, não incidirá somente sobre transações digitais, mas sobre "todas as transações da economia".

*Fonte : O Estado de São Paulo - SP*

*Data : 23/09/2020*

**Valor**  
ECONÔMICO

Informação que vira dinheiro.

**VALOR ECONÔMICO (SP)**

**DIVIDIDO, CADE APROVA AQUISIÇÃO DA SIDERÚRGICA LATINO-AMERICANA PELA GERDAU**

O negócio, anunciado em novembro do ano passado e fechado por de US\$ 110,8 milhões, foi aprovado por 4 votos a 3

*Por Murillo Camarotto, Valor — Brasília*

Por 4 votos a 3, o plenário do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou nesta quarta-feira (23) a compra, pela Gerdau, de 96,3% das ações da Siderúrgica Latino-Americana. O negócio, anunciado em novembro do ano passado, foi fechado por de US\$ 110,8 milhões.

A operação já havia sido aprovada pela área técnica do órgão antitruste. A decisão de hoje, no entanto, precisou do voto de minerva do presidente, Alexandre Barreto, para ser confirmada.

No entendimento da maioria, o negócio não vai resultar em danos significativos para a competição no mercado de vergalhões, especialmente na região Nordeste, onde fica a empresa adquirida pela Gerdau.

*Fonte: Valor Econômico - SP*  
*Data : 23/09/2020*

## COPEL ESTUDA NEGÓCIOS EM GERAÇÃO E TRANSMISSÃO E MIRA FONTE SOLAR

Elétrica paranaense tem preferência por ativos “brownfield”, mas não descarta participar de leilões do governo

*Por Letícia Fucuchima — De São Paulo*



[https://s2.glbimg.com/tqzfQMZ3bpZifYatAiXUs1yl\\_kc=/0x0:3020x4097/984x0/smart/filters:strip\\_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH\\_63b422c2c\\_aee4269b8b34177e8876b93/internal\\_photos/bs/2020/Z/k/LS4lv0TjO\\_aogzHuzsRdQ/foto23emp-201-copel-b2.jpg](https://s2.glbimg.com/tqzfQMZ3bpZifYatAiXUs1yl_kc=/0x0:3020x4097/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2c_aee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/Z/k/LS4lv0TjO_aogzHuzsRdQ/foto23emp-201-copel-b2.jpg)

*Slaviero: ‘Precisamos romper a barreira do solar, fonte que ainda não temos’ — Foto: Guilherme Pupo/Valor*

A Copel está buscando novos negócios nos segmentos de geração e transmissão de energia e tem preferência por ativos “brownfield”, nos quais o risco de construção já está superado. “As renováveis são os ativos ‘sexy’ do mercado, temos muita atenção nisso. Estamos com algumas conversas e acompanhando alguns processos de investimento”, disse ontem o diretor-presidente da estatal paranaense, Daniel Slaviero, em reunião online com investidores e analistas.

O executivo não comentou preferências por fontes de geração, mas afirmou que a companhia precisa “romper a barreira do solar”, uma fonte que ainda não tem em seu portfólio.

Porém, a elétrica não descarta avaliar oportunidades “greenfield” em leilões do governo, desde que tenham sinergias com as operações atuais. Uma possibilidade no radar são linhas de transmissão na região Sudeste, especialmente no Paraná e em São Paulo.

Já no segmento de distribuição, a Copel vê dificuldades para crescer através de aquisições. Segundo Slaviero, a companhia não participará do processo de privatização da CEB, distribuidora de Brasília, por não enxergar ganho de escala ou sinergia. “A Celesc [companhia catarinense] já tem um investidor privado com participação relevante, a CEEE [companhia gaúcha, em processo de privatização] está sitiada pela CPFL. Vemos pouco espaço de crescimento territorial”, acrescentou.

Nesse sentido, os esforços na área de distribuição estarão concentrados em melhorar a base de ativos e ampliar a base de remuneração regulatória (BRR). A revisão tarifária periódica da distribuidora da Copel acontecerá em 2021 e estima-se que os investimentos realizados nos últimos anos possam elevar em cerca de 50% a base remuneratória, atualmente de R\$ 4,9 bilhões.

Outra prioridade da elétrica paranaense é a renovação da concessão de sua maior usina, a hidrelétrica Foz do Areia, cujo contrato se encerra em 2023. A avaliação é que vale a pena seguir com a processo mesmo sob a condição de venda do controle acionário, já vez que, caso a usina seja relicitada, a Copel pode não ser tão competitiva diante de outras companhias com acionistas estrangeiros.

“[Renovar a concessão] Traz mais ganho do que correr o risco de perdê-la. Ainda vamos ficar com 49% de um ativo por mais de 30 anos, e toda a parte de O&M [operação e manutenção] e infraestrutura de engenharia continuaria sendo feita pela Copel”, afirma Slaviero.

As companhias que pretendem renovar concessões de hidrelétricas próximas ao vencimento - Cemig e CEEE, além da Copel - estão discutindo com o Ministério de Minas e Energia (MME) o cálculo do bônus de outorga. Os valores ainda não estão fechados. O presidente da estatal paranaense defende que as referências usadas para o cálculo do bônus de outorga da usina de Porto Primavera, na ocasião da privatização da Cesp, serviam a uma realidade “que não existe mais”. “Você tem novas fontes entrando, queda de demanda causada pela covid-19, o custo da energia caindo... Isso obviamente precisa ser revisto”.

*Fonte: Valor Econômico - SP  
Data : 23/09/2020*

## STF LANÇA INCERTEZA SOBRE ABERTURA DO REFINO E DÍVIDA DA PETROBRAS

Corte suspende julgamento sobre principal trunfo do plano de venda de ativos da estatal  
*Por André Ramalho e Gabriela Ruddy — Do Rio*



[https://s2.glbimg.com/2ayhP2GnpZbUBbUcgr\\_odNx162U=/0x0:2585x2237/984x0/smart/filters:strip\\_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH\\_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal\\_photos/bs/2020/u/D/oNT73cTpK2FsLkUTxEYw/foto23emp-101-petrob-b1.jpg](https://s2.glbimg.com/2ayhP2GnpZbUBbUcgr_odNx162U=/0x0:2585x2237/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/u/D/oNT73cTpK2FsLkUTxEYw/foto23emp-101-petrob-b1.jpg)

*Clarissa Lins, do IBP: Interrupção na abertura do refino cria insegurança e mina agenda de atração de investimentos — Foto: Leo Pinheiro/Valor*

A suspensão do julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a venda das refinarias da Petrobras, no momento em que o placar da Corte contabiliza três votos contrários à estatal, coloca a abertura do refino em uma nuvem de incertezas. A derrota parcial não impede a companhia de avançar com as negociações em curso para venda das refinarias Landulpho Alves (BA), para o Mubadala, e Presidente Vargas (PR) - disputada pela Ultrapar e Raízen. A indefinição, porém, levanta dúvidas sobre a capacidade da empresa de reduzir dívidas e pagar mais dividendos - bem como alimenta temores quanto ao futuro da quebra do monopólio da petroleira no setor.

“A abertura do refino traz a oportunidade para que o Brasil tenha um mercado mais aberto, mais competitivo e diverso, o que é saudável e bem-vindo. Uma interrupção em processo como esse insere insegurança numa área intensiva em capital e mina a agenda de atração de investimentos privados. Cria também um dilema para quem está vendendo e que tem um compromisso com o Cade [Conselho Administrativo de Defesa Econômico]”, afirma a presidente do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), Clarissa Lins.

Existem três desfechos possíveis que trazem, em maior ou menor grau, riscos para a Petrobras. Dentro do cenário mais otimista para a estatal, a derrota parcial é revertida e o STF conclui a

votação dando aval para que a empresa prossiga com as vendas ainda este ano - a retomada do julgamento está prevista para ocorrer em 2020. Nesse caso, pode haver algum atraso nas negociações, mas não ao ponto de comprometer a meta da empresa de concluir a alienação de oito de suas unidades até o fim de 2021.

Num segundo cenário, o Supremo condiciona o avanço dos negócios ao aval do Congresso, mas a aprovação dos parlamentares atrasa, a exemplo da discussão sobre a capitalização da Eletrobras. Nesse caso, existe o risco de que a matéria sequer seja pautada durante o governo Jair Bolsonaro, conforme as eleições de 2022 se aproximem. No terceiro cenário, mais pessimista, o Congresso veta a alienação das refinarias.

Qualquer revés no STF pode retardar a redução da alavancagem da empresa, que conta com o dinheiro das refinarias para reduzir a dívida bruta de US\$ 91 bilhões para US\$ 60 bilhões em 2022 e, assim, acionar a nova política de dividendos - que, na prática, aumentará o pagamento aos acionistas para além do mínimo legal. Antes do choque de preços do petróleo deste ano, a expectativa da Petrobras era levantar cerca de US\$ 15 bilhões com a alienação das refinarias. Com a redução da capacidade de geração de caixa operacional, a importância da venda de ativos se acentuou ainda mais.

Para o advogado Felipe Feres, sócio do escritório Mattos Filho, o debate no STF é uma indicação “extremamente negativa” para um mercado que enfrenta os efeitos da crise do petróleo e do cenário de transição energética. “A rediscussão sobre o programa de desinvestimentos não ajuda, ao criar mais inseguranças”, diz.

Ele explica que a Petrobras não está impedida de fechar contratos para a venda de suas refinarias, mas destaca que, se houver algum revés no STF, o negócio pode ser defeito - seja por meio de eventuais cláusulas contratuais que condicionem o fechamento da operação ao aval do Congresso, seja por força de uma eventual liminar no Supremo. “Em tese seria possível dar uma liminar desfazendo o negócio porque estamos falando de transações que eventualmente estariam ocorrendo durante o julgamento do STF”, disse.

A possibilidade de um revés na abertura do refino mexe com os ânimos da indústria de óleo e gás como um todo. “A competição no refino vai criar necessidade de uma maior movimentação de produtos e isso gera investimentos em instalações, portos e afeta a movimentação por cabotagem, por exemplo. Uma série de agentes está se preparando hoje para esse novo mercado e esses setores vão arrefecer [se houver atraso nas vendas]”, afirma o sócio-diretor da Leggio Consultoria, Marcus D’Elia.

Para o presidente da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), Sérgio Araújo, a perpetuação do monopólio abre espaço para que práticas anticoncorrenciais se mantenham. “Quando vemos a presença de um agente dominante que [historicamente] interfere no preço, isso gera uma insegurança”, disse.

Um fracasso na abertura do refino pode impactar também as distribuidoras, como BR, Ipiranga e Raízen, que esperam conseguir, com a diversificação de fornecedores, melhores condições comerciais nos contratos.

Já para o consumidor, os efeitos da abertura ainda não são um consenso. A Petrobras acredita que a entrada de novos refinadores, naturalmente, tende a trazer mais competição na oferta ao mercado. Um estudo da PUC-Rio, por sua vez, indica para uma alta possibilidade de formação de monopólios privados regionais nas áreas de influência da maioria das refinarias, sem garantia de redução de custos ao consumidor. “Não acredito que a transferência patrimonial para a iniciativa privada terá grandes impactos para o refino”, concorda o coordenador do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo (Inep), ligado à Federação Única dos Petroleiros (FUP), Rodrigo Leão.

O Congresso alertou o STF sobre uma suposta manobra da Petrobras, que estaria desmembrando a sua matriz em “subsidiárias-ponte” (criadas para venda de ativos) - por decisão do STF em 2019, as privatizações das holdings só podem ocorrer após aval do Legislativo, mas o mesmo não vale para a venda do controle das subsidiárias. Para a sócia do Rennó Penteadó Sampaio Advogados, Carolina Fidalgo, nada impede que a Petrobras venda seus ativos separadamente, sem criar subsidiárias e sem necessidade do Congresso.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 23/09/2020

## PRIVATIZAÇÃO DOS CORREIOS É PRIORIDADE, DIZ SECRETÁRIO

Diogo Mac Cord teme empresa no Orçamento da União

Por Daniel Rittner e Lu Aiko Otta — De Brasília



[https://s2.glbimg.com/flrfXEun-3uhrGKN106z5zKlaUo=/0x0:1548x1150/984x0/smart/filters:strip\\_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH\\_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal\\_photos/bs/2020/J/b/hh7pbPQ7aAAq86SH355Q/23esp-100-cord-a14-img01.jpg](https://s2.glbimg.com/flrfXEun-3uhrGKN106z5zKlaUo=/0x0:1548x1150/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/J/b/hh7pbPQ7aAAq86SH355Q/23esp-100-cord-a14-img01.jpg)

**Mac Cord, novo secretário especial de Desestatização:**  
“Não adianta querer tudo de uma vez. O caminho de consenso parece ser a privatização dos Correios” —  
Foto: Dênio Simões/Valor

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) foi para o topo das prioridades na lista de privatizações do governo, afirma o novo secretário especial de Desestatização,

Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, Diogo Mac Cord de Faria.

“Não adianta querer fazer tudo de uma vez. Não vai dar certo e precisamos de exemplos. Hoje o caminho de consenso parece ser a privatização dos Correios”, afirmou ao Valor, em sua primeira entrevista após assumir o cargo, antes ocupado por Salim Mattar.

Com uma postura pragmática, Mac Cord insiste na importância de privatizar a Eletrobras, mas vê o assunto tecnicamente esgotado e já fora do alcance da equipe econômica. “Todas as questões técnicas estão superadas. A decisão política de levar qualquer projeto adiante ou não é dos políticos. O que eu posso fazer é levar elementos para essa decisão.”

No caso dos Correios, ele acredita que três fatores ajudam na construção do consenso. Primeiro, a greve de 35 dias foi um “tiro pela culatra” e prejudicou a própria imagem da empresa. “A população não gostou, especialmente em um momento de pandemia e com tanta dependência das entregas. É como se o Exército cruzasse os braços durante uma guerra. Isso nos mostrou como estamos expostos ao serviço.”

O segundo ponto, na visão do novo secretário, tem a ver com o julgamento do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que aprovou, na segunda-feira, um reajuste de 2,6% para os trabalhadores da estatal. “Significa a aplicação de 97% do INPC [taxa de inflação usada como referência nas negociações salariais] e aumenta a folha de pagamento anual em R\$ 200 milhões. O lucro dos Correios ficou próximo de R\$ 100 milhões em 2019. Ou seja, tudo o mais constante, esse azul do ano passado já teria virado prejuízo.”

Para completar: em terceiro lugar, Mac Cord enxerga os Correios “na iminência” de se tornar uma empresa dependente do Tesouro. Para ele, é muito mais que um mero jogo de palavras. “Mostra que a alternativa à privatização é caminhar na beira de um vulcão. De imediato, a consequência de virar dependente é concorrer no orçamento com todo o resto da administração pública. As

despesas dos Correios somam R\$ 20 bilhões ao ano. Se esse valor entrar no Orçamento Geral da União, alguém perde cifra igual. E para que tenha uma ideia: isso equivale ao orçamento completo dos ministérios da Infraestrutura, de Desenvolvimento Regional e de Minas e Energia. Eis o tamanho do problema.”

Em um passo importante para a venda da empresa, o ministro Paulo Guedes assinou projeto de lei com a criação de um novo marco postal. O texto já foi encaminhado à Casa Civil, que faz os últimos ajustes antes do envio ao Congresso Nacional. A proposta, segundo Mac Cord, evitará que se tenha o mesmo tipo de problema verificado com a privatização das teles. Nos anos 1990, os contratos exigiam a manutenção de orelhões em centenas de municípios.

Quando fala sobre esse marco legal, que definirá como a União garante o serviço postal universal, ele se levanta do sofá e caminha rumo a um grande mapa do Brasil colocado na parede do gabinete. Aponta o indicador para Lajeado Novo, no Maranhão, que o último censo demográfico dizia ter menos de 7 mil habitantes.

“Lá tem agência do Banco do Brasil ou da Caixa?”, pergunta aos repórteres, que ficam sem resposta. “Mas com certeza que tem um boteco vendendo cerveja. A gente precisa mesmo de um caminhão dos Correios chegando lá ou pode-se fazer uma parceria com o caminhão que leva cerveja e que já vai pra Lajeado Novo de qualquer maneira? Como enxergamos a logística é o centro da discussão”, diz esse engenheiro de 37 anos, com mestrado em administração pública pela Universidade Harvard e ex-sócio da KPMG, que esteve por 20 meses na Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura do Ministério da Economia.

Um dos protagonistas da nova Lei do Saneamento, que foi negociar pessoalmente no Congresso, Mac Cord pensa na modernização dos serviços postais. “É preciso imprimir em São Paulo uma conta da operadora de telefonia e mandá-la para outra região do país ou sai mais barato colocar um totem na cidade em que o consumidor extrai a fatura na hora com sua digital?”, questiona. “Veremos uma transformação completa dos serviços e precisamos entrar agora nessa discussão, inclusive para não vendermos os Correios com uma série de obrigações que só farão com que ninguém se interesse.”

Referindo-se aos presidentes dos Correios e da Eletrobras, ele afirma que o general Floriano Peixoto “está fazendo um trabalho extraordinário na administração financeira de uma empresa desafiadora” e Wilson Ferreira Jr. é “o melhor executivo do país no setor elétrico”, mas nem assim as duas estatais conseguem virar plenamente o jogo e justificar uma alternativa à privatização.

No caso da Eletrobras, Mac Cord cita que o preço sobre valor patrimonial da ação (P/VPA) - um indicador bastante usado no mercado financeiro - fica em torno de 0,85. Quando está abaixo de 1, pode-se afirmar que as ações são negociadas abaixo do valor patrimonial da empresa.

“Isso depois de todo o choque que o Wilson fez. O P/VPA da Equatorial é 2,4. No momento em que o mercado tiver confiança, o preço da ação dispara. E o que sobrar nas mãos do governo depois da capitalização vai valer mais do que a participação de quase 60% hoje.”

Nos últimos meses, um grupo de senadores propôs mudanças no projeto original para incluir um novo fundo de compensação ambiental à região Norte e uma “golden share” (ação que dá direito a veto em decisões estratégicas), reacendendo a esperança de avanços na tramitação. No entanto, o assunto acabou esfriando de novo.

“Concordo que [a ‘golden share’] é um problema, mas depende muito do que ela diz. Se der o direito de indicar alguém no conselho, ou impedir a mudança de nome, não é isso o que vai tirar o valor”, afirma Mac Cord. “Devolver a Eletrobras ao mercado, com uma lógica privada, vai ser poderosíssimo inclusive para equilíbrio de preços e forças. Hoje ela não faz investimento, via novos leilões, simplesmente porque não tem dinheiro.”

O secretário especial tem boa expectativa ainda com as privatizações da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) e da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), ambas tocadas pelo Ministério da Infraestrutura, e com a venda da estatal de mobilidade urbana Trensurb, responsável pela rede de trens na região metropolitana de Porto Alegre.

Uma hipótese que ele cogita para dar viabilidade à privatização é colocar o desenvolvimento imobiliário em torno das estações como receita acessória. “Na Trensurb, quando você desce de uma estação, olha para um lado e não tem nada. Olha para o outro e também não tem nada. De um lado é um terreno do governo do Estado, do outro é um terreno da União. Podemos pegar esses terrenos e, na modelagem, fazer o desenvolvimento imobiliário - quem sabe até para baixa renda. O cidadão desce de casa, já pega o trem e vai para o trabalho.

Fonte: *Valor Econômico* - SP

Data : 23/09/2020



## **AGÊNCIA BRASIL - DF**

### **SENADORES DA COMISSÃO DO PANTANAL APROVAM CRONOGRAMA DE TRABALHO**

Em reunião remota nesta quarta-feira (23), a Comissão Temporária Externa do Senado para acompanhar ações de enfrentamento aos incêndios no Pantanal aprovou o seu cronograma de trabalho. A meta do colegiado é elaborar uma norma que está sendo chamada de Estatuto do Pantanal.

O documento vai abrigar uma legislação federal, específica para o bioma, que vai nortear as legislações estaduais e municipais, tanto de Mato Grosso como de Mato Grosso do Sul. A expectativa dos parlamentares é de que o texto traga regras para que o Pantanal tenha um desenvolvimento econômico sustentável, com ênfase nas características do bioma e nos anseios dos pantaneiros.

#### **Cronograma**

Para embasar a construção do texto, o cronograma prevê o levantamento, análise de dados e avaliações por entidades públicas e privadas e identificação de atores sociais e agentes econômicos relacionados ao tema. Também estão previstas audiências públicas, além da visita a regiões atingidas pelas queimadas. A primeira foi feita no último fim de semana em um trecho da Rodovia Transpantaneira.

Outra diligência foi marcada para o dia 3 de outubro. Várias autoridades estaduais e federais – entre elas, o vice-presidente da República, Hamilton Mourão, e os ministros Ricardo Salles (Meio Ambiente), Tereza Cristina (Agricultura) e Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) – serão convidadas até amanhã pelo presidente e pelo relator do colegiado – senadores Nelsinho Trad (PSD-MS) e Wellington Fagundes (PL-MT) – para conhecerem a situação na região de Corumbá (MS).

As mesmas autoridades também serão convidadas para debater junto com entidades da sociedade civil o tema em audiência pública remota da comissão.

#### **Relatório**

O relatório final, que inclui do Estatuto do Pantanal, pode ser apresentado até dezembro, quando termina o prazo de 90 dias de funcionamento da comissão. Mas os senadores não querem deixar a análise do parecer para a última hora. O esforço é para que o projeto de criação do estatuto do Pantanal tramite ainda este ano em no máximo duas comissões do Senado: a de Constituição e

Justiça (CCJ) e de Meio Ambiente (CMA). Se tudo correr conforme o previsto, a proposta final aprovada seguirá ainda este ano para análise da Câmara dos Deputados.

Fonte: Agência Brasil - DF

Data : 23/09/2020

## portosenavios

### PORTAL PORTOS E NAVIOS

#### LOG-IN RENOVA CONTRATO DE ARRENDAMENTO DE TERMINAL NO ESPÍRITO SANTO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 23/09/2020 - 18:56

A Log-In comunicou nesta quarta-feira que sua subsidiária TVV – Terminal de Vila Velha S.A. acordou aditivo prorrogando contrato de arrendamento do portuário do TVV, localizado no porto organizado de Vitória (ES) por mais 25 anos.

A empresa de logística disse que o acordo, celebrado com a União por intermédio do Ministério de Infraestrutura, estabelece o compromisso de investimento inicial de quase 83 milhões de reais para aquisição de novos equipamentos e sistemas para a melhoria da produtividade. Além disso, até 2048, serão aplicados 434 milhões de reais para assegurar a manutenção, atualização e/ou substituição dos ativos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 23/09/2020

#### MAIS 2 ESTALEIROS NACIONAIS DE OLHO EM PROJETO DO NAVIO ANTÁRTICO

Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 23/09/2020 - 18:17



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/161207-estaleiro-atlantico-sul-eas.jpg>

Arquivo/Divulgação

Tanto EAS (foto), em Pernambuco, quanto Mauá (RJ) estudam parcerias para participar da concorrência do NApAnt. Comprovação de capacidade e experiência na construção de navios similares pode ser do próprio estaleiro ou de um parceiro tecnológico.

Mais dois estaleiros nacionais confirmaram interesse em participar da construção do navio de apoio Antártico (NApAnt). O Estaleiro Atlântico Sul (EAS) informou à Portos e Navios que está estudando potenciais parcerias para uma eventual participação na concorrência realizada pela Marinha do Brasil para obtenção desse navio. Nicole Terpins, CEO do EAS, destacou que o estaleiro pernambucano possui histórico de entregas de navios com altos níveis de produtividade e qualidade, equiparáveis aos melhores estaleiros internacionais. Ela acrescentou que o estaleiro conta com infraestrutura de ponta, incluindo processos automatizados, o que imprime velocidade e segurança ao projeto.

O projeto do NApAnt também está no radar de oportunidades enxergadas pelo Estaleiro Mauá (RJ). A administração do Mauá entende que o estaleiro tem experiência e capacidade para cumprir todas as exigências técnicas para este projeto, exceto quanto à comprovação de ter construído navio similar, o que demanda um parceiro que detenha expertise na construção de navio para operação em ambiente polar. O estaleiro informou que estuda uma forma de entrar nessa concorrência. “Temos tido conversas com alguns players”, contou o diretor-presidente do Mauá, Geraldo Panitz Ripoll.

Na visão do EAS, o processo de reestruturação financeira do estaleiro não é um impeditivo para uma eventual participação do estaleiro no projeto do NApAnt. “O processo de reestruturação do estaleiro está caminhando conforme o esperado e não cria quaisquer restrições ao desenvolvimento de qualquer atividade. Ao contrário, a recuperação judicial visa a criação de um ambiente seguro para a realização de novos negócios”, salientou Nicole.

A administração do Mauá também avalia que o processo de recuperação judicial não dificulta a disputa do estaleiro nesse projeto. O entendimento é que as garantias financeiras devem ser dadas pelo main contractor, empresa/estaleiro detentor de expertise em construção de navios polares. Ripoll destacou como diferenciais do Mauá a disponibilidade de instalações adequadas para construção do NApAnt, entre elas uma carreira, oficinas com linhas de construção de blocos retos, oficinas de blocos curvos, oficinas de acabamento, cabines de pintura, diversos cais para acabamento do navio, diversos equipamentos de carga, programa de aumento de produtividade, MO especializada e vontade de gerar novos empregos.

A entrega das propostas para o projeto NApAnt, que substituirá o navio de apoio oceanográfico Ary Rongel, deve ocorrer até o final deste ano e anúncio final do vencedor em meados de 2021. A Marinha exige comprovação de capacidade e experiência, nos últimos 10 anos, na construção de navios destinados a operação em ambientes polares. De acordo com as regras, tal capacidade e experiência podem ser do próprio estaleiro, ou de um parceiro tecnológico.

Na semana passada, a Wilson Sons e a Damen anunciaram parceria na concorrência para a construção do NApAnt, que substituirá o navio de apoio oceanográfico Ary Rongel. Caso as empresas vençam a licitação, o navio será construído nos estaleiros da Wilson Sons no Guarujá (SP). A Ecovix, dona do Estaleiro Rio Grande (RS), se aliou à empresa chinesa Asmar, estatal de administração autônoma focada em construção naval, para participarem juntas dessa concorrência. A parceria, anunciada no final de agosto, inclui um acordo de cooperação, com transferência de tecnologia da empresa chilena para a brasileira, a fim de aumentar as chances de vitória no edital.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 23/09/2020*

## PARA NÃO PERDER RENOVAÇÃO, ABTP ESTUDA PROPOSTA DE PRORROGAR REPORTO POR TRÊS ANOS

*Por Dérika Virgulino PORTOS E LOGÍSTICA 23/09/2020 - 17:48*



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/170118-porto-de-santos-ambiental-22.jpg>

**Arquivo**

Governo propôs renovação de dois do regime, mas entidades do setor consideram tempo insuficiente para investimentos.

Embora defenda como ideal a prorrogação do Reporto por mais cinco anos, como está previsto até o momento, a Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP) já estuda a proposta de redução desse tempo de olho no prazo de renovação que se esgota em 31 de dezembro deste ano. O governo propôs que o regime fosse prorrogado por apenas dois anos, porém, a associação e demais entidades do setor avaliam como insuficiente para a realização dos investimentos necessários no setor portuário.

De acordo com o diretor-presidente da ABTP, Jesualdo Silva, mesmo não sendo o ideal, a renovação do regime por mais três anos resolve alguns casos de empresas que estão apenas

aguardando a chegada dos equipamentos empenhados, e que precisam do Reporto para assinar o contrato. Além disso, ele afirmou que “não se deve mais perder tempo”, visto que com a proximidade do fim da vigência do regime, a prorrogação deve ser logo aprovada. O Reporto é um regime tributário especial que desonera a importação de máquinas e equipamentos para os setores portuário e ferroviário.

Silva destacou que o governo pretende tratar da questão do regime somente após a Reforma Tributária. No entanto, ele lembrou que ainda não há previsão de quando a reforma será aprovada no Congresso Nacional, tendo em vista que pelo menos quatro iniciativas sobre o tema ainda estão sendo debatidas entre os parlamentares.

Ele informou ainda que anteriormente o Reporto era renovado por três anos. Porém, devido às questões relacionadas ao tempo necessário para a finalização do investimento, ele passou a ser renovado a cada cinco anos. Silva explicou que todo o processo de compra de algum equipamento requer um prazo. Isso porque para o investimento são necessárias etapas que passam pela elaboração do projeto executivo, importante para conhecer melhor a adequação do equipamento, além do próprio prazo do fabricante até a chegada do produto. Portanto, o tempo para a finalização do negócio tende a ser longo.

“Mas no momento o importante é renovar. Depois nós vamos com o tempo demonstrando para o governo a importância do Reporto, e vendo também caso a caso”. disse Silva. Ele informou que sendo renovado por três anos resolve o caso de empresas que já aguardam a chegada de equipamentos para 2021 e até para 2022. Entretanto, para aquelas empresas que ainda devem fazer licitação o acesso ao Reporto pode ficar mais restrito. Em casos de impossibilidade de uso do regime, os contratos deverão passar por reequilíbrio.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 23/09/2020*

## SPA CONTRATA PROJETO PARA NOVO ACESSO AO PORTO DE SANTOS

*Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 22/09/2020 - 21:32*



[https://cdn-pen.nuneshost.com/images/161219-  
imagem-porto-de-Santos.jpg](https://cdn-pen.nuneshost.com/images/161219-imagem-porto-de-Santos.jpg)

A Santos Port Authority (SPA) contratou empresa para elaboração do projeto básico das obras do novo acesso rodoviário ao Porto de Santos, que ligará a Via Anchieta à avenida perimetral e faz parte do conjunto da nova entrada da cidade de Santos. O contrato com a Empresa Brasileira de Engenharia de Infraestrutura (Ebei) foi publicado nesta segunda-feira (21) no Diário Oficial da União (DOU). Como parte do

terreno estava fora da antiga área do Porto Organizado, a aprovação da nova poligonal, em 30 de junho último, permitiu a conclusão do processo.

“A licitação foi aberta há aproximadamente dois anos, mas a assinatura do contrato só foi possível com a inclusão na área do Porto Organizado do terreno por onde passará o novo viaduto. Isso demonstra o acerto da administração da SPA no planejamento e modernização do Porto, em alinhamento à política portuária do Ministério da Infraestrutura, que foi fundamental no encaminhamento da questão”, afirma Bruno Stupello, diretor de Desenvolvimento de Negócios e Regulação e que acumula, interinamente, a diretoria de Infraestrutura da SPA.

Com valor de aproximadamente R\$ 3,5 milhões, o serviço tem prazo contratual de 18 meses para sua finalização. O projeto prevê um viaduto de entrada no Porto, sobre a via Anchieta, e outros viadutos para transposição de vias ferroviárias. O sistema viário será composto ainda de rotatórias, canteiro central e demais dispositivos de acesso necessários às vias de conexão. Todas as intervenções previstas deverão conter os respectivos projetos de urbanismo, geométrico, geotecnia, drenagem, pavimentação, energia, iluminação, telefonia, lógica e monitoramento, sinalização viária e semafórica, obras de arte especiais, desvio de tráfego e remanejamento das interferências.

A segunda entrada do Porto, além de trazer mais segurança, dará mais agilidade no acesso rodoviário aos terminais do complexo, ao segregando o tráfego de caminhões do trânsito urbano e eliminar cruzamentos rodoferroviários, melhorando, assim, a relação Porto-Cidade.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 23/09/2020*

## **CMA-CGM INCORPORA À FROTA MAIOR PORTA-CONTÊINER DO MUNDO MOVIDO A GNL**

*Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 22/09/2020 - 21:26*



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/200922-navio-porta-conteiner-cma-cgm-jacques-saade.jpg>

O Grupo CMA CGM celebrou o comissionamento oficial do maior porta-contêineres movido a GNL do mundo. Nomeado CMA CGM "Jacques Saade" em homenagem ao fundador da empresa, o navio de 23 mil TEUs foi entregue em Xangai com uma cerimônia digital que reflete a natureza da época. Ele se torna o primeiro navio de contêineres ultragrande

movido a gás natural liquefeito.

Encomendado em 2017, o novo navio faz parte de uma classe de nove que está sendo construída para a empresa nos estaleiros chineses CSSC. Também faz parte do compromisso da empresa em alcançar a ambiciosa meta do gálope neutralidade de carbono até 2050.

O navio incorpora uma série de avanços de design para otimizar seu desempenho hidrodinâmico. Na proa, usa pela primeira vez em uma embarcação deste tamanho uma forma de proa reta e cônica e integra o bulbo ao perfil. A hélice e o leme também foram projetados com novas tecnologias para melhorar o fluxo de água e reduzir o consumo de energia. O tanque de GNL também exigiu uma engenharia significativa. Tem uma capacidade de 18.600 metros cúbicos, dando ao navio a capacidade de realizar viagens de ida e volta entre a Ásia e a Europa. O estaleiro relata que demorou nove meses para construir e instalar o tanque de GNL.

A embarcação também emprega uma ampla gama de tecnologias avançadas. A CMA CGM opera em plataforma 100% digital com sistemas que incluem telas de realidade aumentada na ponte e telas táticas para melhor visualização das cartas. Uma série de câmeras montadas ao redor do navio fornece uma visão completa de 360 graus ao redor do navio.

O CMA CGM "Jacques Saade" e os oito navios-irmãos adicionais de 23 mil TEUs terão todos Registro Internacional Francês. Eles terão nomes de marcos históricos parisienses, incluindo Champs Elysées, Palais Royal, Louvre, Rivoli, Montmartre, Concorde, Trocadéro e Sorbonne.

O CMA CGM Jacques Saade iniciará sua viagem inaugural nesta quarta-feira (23), navegando entre a Ásia e o Norte da Europa na Linha Francesa da Ásia. As viagens estão programadas para durar 84 dias, fazendo escala nos portos de Pusan, na Coreia do Sul; Tianjin, Ningbo, Xangai e Yantian, China; Singapura; Southampton, Dunquerque, Hamburgo, Rotterdam, Algeiras na Europa; e Port Kelang na Malásia.

A construção desses navios de GNL também está estimulando o desenvolvimento do negócio de abastecimento de GNL. Na semana passada, a Total, que foi escolhida como fornecedora de gás, comissionou em Roterdã o primeiro de seus dois grandes navios de abastecimento de GNL. Um segundo navio de abastecimento de GNL está sendo construído para operar a partir do porto de Marselha, na França, para servir também à frota CMG CMA.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*  
*Data: 23/09/2020*

## FUSÃO ENTRE OS DOIS MAIORES CONSTRUTORES NAVAIS DA CORÉIA ADIADA POR COVID-19

*Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 22/09/2020 - 21:25*



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/190131-estaleiro-hyundai-heavy-industries-em-ulsan-coreia-do-sul.jpg>

A planejada fusão entre Hyundai Heavy Industries e Daewoo Shipbuilding & Marine Engineering (DSME) em 2020 tornou-se incerta devido à pandemia da Covid-19.

A Comissão Europeia suspendeu sua revisão do acordo entre Hyundai Heavy Industries e DSME três vezes este ano, afirmando que é difícil coletar dados devido

à pandemia.

A comissão adiou sua revisão duas vezes em março, após a pandemia, mas a retomou dois meses depois, definindo 3 de setembro como o prazo final. No entanto, suspendeu o processo de triagem em julho pela terceira vez e, como resultado, ultrapassou o prazo, tornando difícil prever quando os resultados da revisão sairão.

Hyundai Heavy Industries e DSME são obrigados a passar por uma análise de combinação corporativa em seis países - Coreia, Europa, Japão, China, Cazaquistão e Singapura. Até agora, apenas Cazaquistão e Singapura aprovaram a fusão entre as duas empresas.

Dos quatro restantes, o maior obstáculo é a UE. Suas leis de concorrência são mais complicadas do que em outros países. Na Europa, Grécia, Noruega, Dinamarca e Suíça possuem empresas de transporte marítimo globais. A UE está, alegadamente, a examinar a possibilidade de que a fusão HHI-DSME restrinja a concorrência no negócio de transporte de gás.

Se as duas empresas se fundirem, a empresa unificada responderá por 60% do mercado de transporte de GNL, o que é muito maior do que sua participação de mercado combinada de 21% para todos os tipos de navios.

Se a UE aprovar a fusão, é provável que outros países façam o mesmo, porque há poucas razões para não permitir. A Comissão de Comércio Justo da Coreia planeja concluir sua revisão até o final de 2020. Será difícil para a China e o Japão se oporem à fusão devido às fusões de suas próprias empresas.

Os dois maiores construtores navais da China, SSSC e CSIC, se fundiram em novembro de 2019, enquanto o construtor naval nº 1 do Japão, Imabari Shipbuilding, e o nº 2 JMU vão se casar.

Diante desse cenário, os dois construtores navais coreanos veem a “aprovação incondicional” de Singapura no final de agosto como uma boa notícia, pois o julgamento pode afetar a decisão da UE.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 23/09/2020

## PLANEJAMENTO DO SETOR PORTUÁRIO CARECE DE VISÃO MAIS GLOBAL, APONTA CONSULTOR

Daniilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 22/09/2020 - 20:14



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/190926-porto-itajai.jpg>

Arquivo/Divulgação

Frederico Bussinger acredita que, quando tinham mais autonomia, os portos tiveram impulso e houve progressos em arrendamentos, investimentos, produtividade e redução de custos.

O planejamento do setor portuário carece uma visão mais global e um trabalho de ‘arquitetura’ institucional a fim de definir qual o modelo de gestão mais eficiente. A avaliação é do consultor Frederico Bussinger, que considera que essa definição deveria vir antes de qualquer mudança ou nova lei. Ele observa que o setor portuário tem uma deficiência de discussão sobre planejamento e trabalha com planos fragmentados, que criam uma espécie de ‘sincretismo’ de projetos e ações.

“Temos uma visão fragmentada. Com planos tópicos, sem visão de conjunto. A lei é para servir isso, mas não temos esse desenho claro”, analisou Bussinger. Ele identifica que no Brasil falta analisar os erros e acertos das políticas e planos públicos implementados. O consultor observa que, cerca de oito anos após a MP-595/2012 que resultou na Lei dos Portos (12.815/2013), o país está distante da meta estabelecida pelo Programa de Investimentos em Logística (PIL) para seus quatro primeiros anos (2014-2017), o que ocorreria por meio de projetos públicos e privados aprovados.

Ele acrescentou que, nem mesmo somados os projetos previstos pelo Programa de Parcerias e Investimentos (PPI) do governo federal até 2021, seria possível chegar perto dos R\$ 54 bilhões previstos originalmente pelo PIL. O consultor estima que, em sete anos, foram investidos R\$ 6,55 bilhões, 12% do que era previsto pelo PIL até 2017. Bussinger observa que dragagem e acessos seguem como gargalos dos portos brasileiros, com deficiências nos projetos. De acordo com a Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA), no período 2013-2020 foram autorizados R\$ 9,5 bilhões em terminais arrendados, R\$ 5,3 bilhões em novos arrendamentos e R\$ 34,6 bilhões em terminais de uso privado-TUPs.

Bussinger lembrou que, além do problema de qualidade dos estudos à época do PIL, a centralização e a divisão em lotes adiou ou até inviabilizou que projetos se concretizassem. Ele citou o caso de Itajaí (SC), cujo projeto estava avançado, mas ficou para o terceiro lote do programa, perdendo oportunidades a partir de uma fábrica de automóveis implantada em Santa Catarina, mas que levou as cargas para o TUP de Itapoá. O caso é mencionado em relatório recente do Tribunal de Contas da União (TCU) e, para Bussinger, é o tipo de prejuízo que não tem como ser computado.

O consultor considera que, apesar de algumas autonomias concedidas, as decisões de última instância continuam sendo decididas em Brasília. Dessa forma, as autoridades portuárias não têm

autonomia suficiente para decidir sobre arrendamentos, tarifas e planos de zoneamento (PDZ), por exemplo, pois tudo é centralizado no Ministério da Infraestrutura, na Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), ou ainda sofre com algum tipo de interferência de órgãos de controle, como o TCU.

Bussinger disse que a história demonstrou que, no final dos anos 1990, quando tinham mais autonomia, os portos tiveram impulso e houve progressos em arrendamentos, investimentos, produtividade e redução de custos. Segundo o consultor, esse processo começou a se inverter quando os portos perderam autonomia. Ele defende o modelo landlord clássico. “O mundo inteiro é descentralizado, mas o Brasil é diferente. Se não der atribuição, nunca vai ser melhorado”, acredita.

O consultor considera contraditório ter um processo decisório centralizado e imaginar que não há uma lei geral. Para ele, nas conclusões sobre as desestatizações portuárias, é fundamental saber o que será obra pública ou concessão à parte. O consultor entende que, em caso de desestatização, cada porto terá suas particularidades, mas deve haver uma lei geral regendo o processo. “Se a desestatização for até o fim, o governo dará ao privado a autonomia que negou a suas empresas (públicas). Duvido algum privado assumir administração portuária com a governança que aí está”, comentou.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 23/09/2020*

## **NOVA FIGURA DA NAVEGAÇÃO TERÁ ACESSO ÀS MESMAS CONDIÇÕES DIFERENCIADAS DA CONSTRUÇÃO NAVAL, DIZ MINFRA**

*Por Dérika Virgulino NAVEGAÇÃO 22/09/2020 - 20:48*



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/161123-navio.jpg>

**Arquivo**

A Empresa Brasileira de Investimento em Navegação irá disponibilizar navio para ser operado por uma nova empresa de navegação ou uma já existente.

A proposta da criação da Empresa Brasileira de Investimento em Navegação surge no âmbito do Projeto de Lei (nº 4.199/20) BR do Mar, como mais uma possibilidade de dinamizar o setor e torná-lo mais competitivo. A ideia é que a nova figura jurídica disponibilize ativo para ser afretado por uma nova empresa de navegação ou uma já existente, que tenha a intenção de expandir suas atividades. Portanto, voltada especificamente para investimentos e constituição de ativos, a empresa teria acesso a todas as condições diferenciadas já existentes para construção naval brasileira, tais como isenção dos impostos federais.

De acordo com o Ministério da Infraestrutura, a criação da empresa representa o fortalecimento dos pontos de sinergia ente as atividades de navegação e construção naval. A nova figura tem como meta mitigar os efeitos relacionados à necessidade de mobilização expressiva de capital muito tempo antes de iniciar as atividades de transporte, como é o caso da constituição de frota de forma tradicional, isto é, contratando a construção de uma embarcação junto a um estaleiro. “Com a disponibilidade de frota no mercado nacional haveria nova dinâmica na prospecção de negócios e melhoria do ambiente concorrencial do setor de navegação”, afirmou o ministério.

A necessidade de criação da nova empresa está relacionada ao fato de ser um setor intensivo em capital, sendo altamente dependente de fontes de financiamento. Além disso, segundo a pasta, os valores dos fretes e dos navios possuem um histórico de grande volatilidade, denominados ciclos econômicos do transporte marítimo. Isso tem representado incertezas relevantes consideradas para a oferta de financiamento para o setor. “Diante deste cenário, diversas formas de financiamento são estruturadas para mitigar os riscos inerentes a atividade de transporte marítimo, e a figura de uma empresa de investimento vem justamente neste sentido”, frisou a pasta.

O ministério informou que em outros modais de transporte no mercado nacional existem agentes que atuam da mesma forma que está sendo proposta para a Empresa Brasileira de Investimento em Navegação. Especificamente no setor de transporte marítimo, a pasta identificou atores com as mesmas características em mercados relevantes para a navegação e a construção naval, como o chinês e japonês.

Conforme afirmou a pasta ainda a instituição da figura jurídica da Empresa Brasileira de Investimento em Navegação decorre da necessidade de adequação ao ordenamento nacional, possibilitando a existência de Empresa de Navegação detentora de frota, mas que não irá operá-la diretamente.

**Fonte: Portal Portos e Navios - RJ**

**Data: 23/09/2020**